

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

NEUMA FERREIRA TIGRE

**ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA A FORMAÇÃO EM
CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO EM
TEIXEIRA DE FREITAS/BA**

**SÃO MATEUS-ES
2017**

NEUMA FERREIRA TIGRE

**ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA A FORMAÇÃO EM
CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO EM
TEIXEIRA DE FREITAS/BA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação de Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade do Vale do Cricaré para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Msc. Luana Frigulha Guisso.

**SÃO MATEUS - ES
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

T568a

Tigre, Neuma Ferreira.

Análise da contribuição do Ensino Superior para a formação em Contabilidade Ambiental: um estudo de caso em Teixeira de Freitas/BA / Neuma Ferreira Tigre – São Mateus - ES, 2017.

91 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2017.

Orientação: Prof.^a. Msc. Luana Frigulha Guisso.

1. Educação Ambiental. 2. Contabilidade Ambiental. 3. Instituição de Ensino Superior. 4. Teixeira de Freitas - BA. I. Guisso, Luana Frigulha. II. Faculdade Vale do Cricaré. III. Título.

CDD: 378.199

NEUMA FERREIRA TIGRE

**ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO PARA A FORMAÇÃO
EM CONTABILIDADE AMBIENTAL: Um estudo de caso em
Teixeira de Freitas/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 20 de setembro de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA



**Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora**



**Prof. Dr. Marcus Antonius Da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



**Profa. Dra. Lilian Pittol Firme de Oliveira
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



**Profa. Dra. Josete Pertel
Faculdade Multivix São Mateus**

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, fonte de força, oração e coragem a quem eu me recorri durante toda esta caminhada.

Agradeço a minha orientadora Luana, pela ajuda para que este trabalho fosse concluído com o êxito esperado.

Em especial quero agradecer a Prof^a. Maria Celia Ferreira Danese, uma grande amiga que me incentivou e ajudou a concluir essa etapa da minha vida, através dos seus conselhos e orientações tanto na esfera acadêmica, quanto no seu exemplo de vida, mesclando fé, perspectiva e esperança.

Agradeço também a todos os professores e colegas que contribuíram no meu processo de ensino e aprendizagem desse mestrado.

Dedico este trabalho, a minha mãe Maria Creuza e aos meus irmãos, pois confiaram em mim e me deram esta oportunidade de concretizar e encerrar mais uma caminhada da minha vida. Sei que eles não mediram esforços para que este sonho se realizasse, sem a compreensão, ajuda e confiança deles nada disso seria possível hoje. A eles além da dedicatória desta conquista dedico a minha vida.

Ao meu pai Odelino Tigre (in memoriam), que infelizmente não pode estar presente neste momento tão feliz da minha vida, mas que não poderia deixar de dedicar a ele, pois se hoje estou aqui, devo muitas coisas a ele por seus ensinamentos e valores passados. Obrigada por tudo! Saudades eternas!

Ao meu noivo e futuro esposo Benielton, por toda paciência, compreensão, carinho e amor, e por me ajudar muitas vezes a achar soluções quando elas pareciam não aparecer. Você foi a pessoa que compartilhou comigo os momentos de tristezas e alegrias. Além deste trabalho, dedico todo meu amor a você.

Aos meus amigos, que me apoiaram e que sempre estiveram ao meu lado durante esta longa caminhada, que muitas vezes compartilhei momentos de tristezas, alegrias, angústias e ansiedade, mas sempre estiveram ao meu lado me apoiando e me ajudando. Obrigada!

“Transforme as pedras que você tropeça
nas pedras de sua escada.”

Sócrates.

RESUMO

TIGRE, Neuma Ferreira. ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA A FORMAÇÃO EM CONTABILIDADE AMBIENTAL: Um estudo de caso em Teixeira de Freitas/BA. 2017, 86p. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional). Faculdade Vale do Cricaré.

O objetivo do presente estudo foi conhecer a oferta de ensino da Contabilidade Ambiental nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis na Faculdade do Sul da Bahia-FASB e Universidade do Norte do Paraná-UNOPAR, em Teixeira de Freitas. Foram verificadas as matrizes curriculares e a ementa da disciplina de contabilidade ambiental do curso de Ciências Contábeis e descrita a visão dos professores e tutores sobre a oferta da disciplina Contabilidade Ambiental e sua aplicabilidade na prática contábil. No primeiro momento foi coletado dados sobre a estrutura curricular dos cursos, no segundo momento foi elaborado e aplicado um questionário direcionado aos professores do colegiado dos cursos de ciências contábeis das IES pesquisadas. O instrumento foi dividido em duas partes apresentando o perfil do respondente e sua opinião concernente ao tema contabilidade ambiental. Participaram da pesquisa 15 docentes sendo 13 da entidade que oferece o curso presencial e 02 tutores do curso EAD. Os resultados obtidos foram submetidos à análise através da técnica estatística descritiva com a utilização de tabelas, gráficos e médias aritméticas simples. Concluiu-se que a educação ambiental está longe de ser entendida amplamente em seu contexto, que é preciso desenvolver práticas no processo formativo dos docentes com relação ao tema, não há investimento da IES na qualificação de seus professores e que a inclusão da disciplina Contabilidade Ambiental torna-se de extrema relevância para a formação do profissional que o mercado exige.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Contabilidade ambiental; Instituição de Ensino Superior.

ABSTRACT

TIGRE, Neuma Ferreira. ANALYSIS OF THE CONTRIBUTION OF HIGHER EDUCATION FOR TRAINING IN ENVIRONMENTAL ACCOUNTING: A case study in Teixeira de Freitas / BA. 2017, 86p. Dissertation (Master in Social Management, Education and Regional Development). Faculdade Vale do Cricaré.

The objective of the present study is to knowledge the offer of the education on Environmental Accounting in the bachelor degree if the Course of Sciences Accounting at the Faculdade do Sul da Bahia (FASB) and Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), in the city of Teixeira de Freitas. Were verified the curricular matrices of the course in Sciences Accounting, were also described the vision of the teachers and mentors about the offer in the discipline of Environmental Accounting, and its applicability in the practice of accounting. In the first moment, were collected data about the curricular structure of the course, on second moment was elaborated and applied a questioner directed to the teachers of the course of sciences accounting and IES research. The research was divided in two parts, presented the profile of the respondent and its opinion according to the theme of the study of environmental accounting. Were part of the research 15 faculty members, being 13 the ones whom offers the course, and two mentors of the course in EAD. The obtained results were submitted to an analysis, that looked at the descriptive esthetics, using charts, grafts and simple arithmetic measurements. It was concluded that the environmental education is far away from being widely known in its context, it needs to be developed practices in the formative process of the faculty members with in relation of the theme of study, there are no investments in the area of IES, in the qualification of the teachers, and the inclusion of the discipline of Environmental Accounting, it becomes of extreme relevance for the formation of a good professional that the market requires.

Key-word: Environmental education; Environmental accounting; Institution of Higher Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CES - Câmara de Educação Superior

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento

DOU - Diário Oficial da União

EA - Educação Ambiental

EAD - Educação à Distância

FASB - Faculdade do Sul da Bahia

FASB - *Financial Accounting Standards Boards*

IASB - *International Accounting Standard Board*

IASC - *International Accounting Standards Committee*

IBEGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IF - Instituto Federal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

ITG - Interpretação Técnica Geral

IBRACON - Instituto Brasileiro de Auditores Independentes

MEC - Ministério de Educação e Cultura

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

ONU - Organização das Nações Unidas

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

SES - Sistema de Educação Superior

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SGA - Sistema de Gestão Ambiental

SRI - Sistema Investimento Responsável

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNOPAR - Universidade do Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	16
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Geral	18
1.3.2 Específicos	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	19
2.2 O MEIO AMBIENTE E OS IMPACTOS AMBIENTAIS	25
2.2.1 A gestão ambiental	28
2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31
2.4 CONTABILIDADE AMBIENTAL	33
2.4.1 Ativo ambiental	37
2.4.2 Passivo ambiental	39
2.4.3 Despesa ambiental	41
2.4.4 Custo ambiental	43
2.4.5 Receita ambiental	46
2.4.6 Evidenciação contábil	47
2.4.7 Balanço Social	49
2.5 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL	51
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA	56
3.1 LOCAL DA PESQUISA	56
3.1.1 Faculdade do Sul da Bahia- FASB	58
3.1.1.1 Matriz curricular - parcial	60
3.1.2 Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	61
3.1.2.1 Tutoria na educação	62
3.1.2.2 Matriz curricular - parcial	63
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	65
4.1 PERFIL DOS DOCENTES	65

4.2 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONTABILIDADE AMBIENTAL	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXO A – Modelo de Balanço Social Anual	82
ANEXO B - Matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis da FASB	84
ANEXO C - Matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNOPAR.....	86
APÊNDICE A - Questionário aplicado aos Professores e Tutores do Curso de Ciências Contábeis da FASB e UNOPAR na Cidade de Teixeira de Freitas-BA.....	88
APÊNDICE B - Questionário aplicado aos Professores De Áreas a fins do Curso de Ciências Contábeis da FASB na Cidade de Teixeira de Freitas – BA.....	90

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da civilização o homem vem utilizando os recursos naturais visando suprir suas necessidades de subsistência. A necessidade de fixação do homem no campo iniciou na era neolítica quando as sociedades humanas desenvolveram técnicas de cultivo agrícola e passaram a ter condições de armazenarem alimentos, mas por outro lado desencadeou uma maior exploração do meio ambiente e conseqüentemente uma espoliação dos bens naturais (CHILDE, 1975).

Com a revolução industrial entre os meados do século XVIII e XIX os problemas ambientais estiveram associados aos efeitos do processo de industrialização e urbanização que passaram a determinar condições de vida e trabalho (TEIXEIRA, 2004). Uma série de fatores referentes à sociedade da época como o crescimento da burguesia e o desenvolvimento de áreas urbanas, fez a produção em massa ganhar força em detrimento da produção agrícola e artesanal. As novas tecnologias revolucionaram o modo de produção acelerando a industrialização, a busca de novos mercados e conseqüentemente a obtenção de resultados financeiros.

O que parecia ser bom no primeiro momento acabou criando impactos prejudiciais ao meio ambiente. O progresso trazido pelas máquinas fez emergir uma necessidade do homem de se sobrepor aos ambientes naturais. A busca de desenvolvimento econômico em um ritmo acelerado gerou o que se pode considerar um dos maiores prejuízos ambientais da história da humanidade: a escassez de vários recursos naturais provenientes do solo, das águas e da flora.

Um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos, foi a chamada “Revolução Ambiental”, que promoveu significantes transformações no comportamento da sociedade como um todo e na organização política e econômica mundial. Começando a ser questionada e debatida no final do século XIX, a questão ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial, promovendo importantes mudanças na visão do mundo (BERNARDES, 2003).

A humanidade, pela primeira vez, percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência (MELO, 2012).

O lançamento da bomba atômica, no final da Segunda Guerra Mundial, surpreendeu o mundo com seu potencial destrutivo. A exposição de material nuclear ao meio ambiente liberou substâncias radioativas no ar e no solo. Essas substâncias contaminaram plantas, rios, os animais e as pessoas em volta, os efeitos causados pela radioatividade ocorreram em cadeia: contaminação do solo, a vegetação que extraía nutrientes deste solo, o gado que se alimentava desta vegetação e, por fim, o homem que se alimentava da carne e do leite do gado contaminados causando o desequilíbrio nos organismos que compõem esses ecossistemas. A primeira tomada de consciência ecológica começou em 1950 com o processo de industrialização do Japão, na Baía de Minamata, as pessoas e animais se contaminavam com os alimentos retirados do mar (BERNARDES, 2003).

O cenário mundial no final do século XX presenciou o despertar de uma nova consciência da sociedade em relação à questão ambiental, e hoje a proteção ao meio ambiente é um dos fatores-chave de todo empreendimento moderno. A percepção social de caráter global dos grandes desafios impostos à humanidade criou condições para debates sobre o destino ambiental do planeta terra. As relações comerciais entre países estão cada vez mais condicionadas pelas discussões socioambientais e formas de produção e gestão ambiental menos agressivas e que produzem mais proteção ao meio ambiente.

O compromisso e a responsabilidade com a questão ambiental têm sido matéria de discussão em todas as áreas de conhecimento. A preocupação ecológica e a crescente busca de alternativas de desenvolvimento sustentável levam as empresas a planejar os investimentos em tecnologia antipolvente em solo, água, florestas e biodiversidade e a buscar mecanismos de ação para incrementar o aproveitamento de resíduos, evitando a exploração de novos recursos naturais e o acúmulo de materiais desperdiçados (LEONARDO, 2001).

De acordo com Weil (2002) não se deve ignorar o óbvio, não haverá uma segunda terra para ser destruída. A questão ambiental não é preocupação de futuro é de presente e a população deve estar consciente de seu papel.

Diante da atribuição de responsabilidade pelos danos ambientais e consequente prejuízo social, as empresas passaram a necessitar de profissionais contábeis, com conhecimento específico de sustentabilidade e meio ambiente para mensurar as ações de conservação e preservação ambiental e os impactos sociais.

Para atender as exigências tornou-se necessário formar profissionais com conhecimento e responsabilidade com a sustentabilidade e o meio ambiente. O saber organizado, disciplinado reflete em atitudes de sujeitos críticos e indagadores que influenciarão na mudança de comportamento e atitude pessoal e profissional.

As instituições de ensino superior que oferecem o curso de ciências contábeis devem possibilitar a oferta da disciplina contabilidade ambiental para formar profissionais que possam questionar as formas tradicionais de crescimento econômico e que sejam capazes de produzir relevantes informações para seus clientes em relação a variável ambiental.

Em Teixeira de Freitas/BA, duas instituições de ensino superior oferecem o curso de ciências contábeis, que fazem parte desse estudo. As instituições pesquisadas são a Faculdade do Sul da Bahia-FASB e Universidade do Norte do Paraná- UNOPAR.

A Faculdade do Sul da Bahia-FASB teve seu funcionamento autorizado em 17 de maio de 2001, com os cursos de Administração com habilitação em administração Geral e Administração em Marketing. Posteriormente, foram autorizados os cursos de Turismo, Ciências Contábeis, Pedagogia, Normal Superior, Direito, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Filosofia, Tecnologia em Ecoturismo, Engenharia de Produção, Enfermagem, Tecnologia em Petróleo e Gás, Tecnologia em Agronegócio, Jornalismo, Biomedicina, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Civil (PPC, 2013).

A Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) é uma instituição de ensino superior brasileira de caráter privado, estabelecida no norte do estado do Paraná, com sede localizada em Londrina. Fundada em 17 de fevereiro de 1972, atende atualmente a todo o país através do ensino a distância denominado "Sistema de Ensino Presencial Conectado", que oferece aulas ao vivo via satélite. Este sistema diferenciado de ensino é oferecido pela Unopar Virtual.

A UNOPAR foi credenciada como universidade em 3 de julho de 1997 através do decreto federal publicado no Diário Oficial nº 126 de 4 de julho de 1997. Em 16 de dezembro de 2011 a UNOPAR foi comprada pela empresa Kroton Educacional S.A., fazendo parte do grupo gerenciado pela Advent International (GAZETA DO POVO, 16 de dezembro de 2011).

1.1 JUSTIFICATIVA DO TEMA

Como coordenadora do curso de ciências contábeis da Faculdade do Sul da Bahia-FASB, cursando mestrado na área de gestão social, educação e desenvolvimento regional considero o tema de pertinência e relevância para o desenvolvimento das discussões pedagógicas com o colegiado para formar contadores aptos na gestão da área ambiental.

Segundo o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) que articula órgãos e entidades das três esferas federativas e com participação da sociedade civil, responsável pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, com base no conceito de responsabilidades compartilhadas e controle social existe uma escassez de profissionais com formação superior na área ambiental.

A necessidade de profissionais com visão de gestão ambiental é um fato inegável que se faz presente em todos os setores gerenciais. As empresas que não se adequam à nova exigência do mercado nacional e internacional estão fadadas ao insucesso.

As empresas começam a despertar para as obrigações sociais ambientais por exigência da própria sociedade civil, que, através de grupos que visam defender o ser humano e o meio ambiente, passam a divulgar as empresas que depredam o meio ambiente, incentivando o consumidor final a boicotar os seus produtos. Vários são os fatores que exigem das grandes, médias e pequenas empresas condutas adequadas quanto ao manejo do meio ambiente tais como:

- as pressões da cadeia produtiva exigindo o cumprimento do Sistemas de Gestão Ambiental (SGA);
- a exigência de transparência nos relatórios demonstrativos financeiros e de desempenho ambiental;
- as pressões de financiamento através do crescimento mundial dos
- investimentos socialmente responsáveis (SRI);
- as questões fiscais ambientais;
- surgimento de vários tributos ambientais criados pelos governos entre outros.

Muitos autores têm publicações sobre a contabilidade ambiental, mas existem poucos trabalhos com o enfoque no ensino das questões ambientais para o curso de ciências contábeis.

A Contabilidade tem um papel importante a desempenhar neste assunto, tendo em vista seu acesso à nomenclatura monetária das organizações, sua capacidade de melhorar ou verificar a qualidade dos dados, suas habilidades no uso da informação, ajudando as corporações em melhores práticas para tomadas de decisões, em áreas fundamentais como a análise de investimentos, orçamento e planejamento estratégico (LEONARDO, 2001, p. 7).

Outra justificativa importante é o cumprimento da Resolução nº 1003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que reza sobre os procedimentos para informações contábeis de natureza social e ambiental com objetivo de demonstrar à sociedade a participação e responsabilidade social da entidade.

Conforme exposto este estudo tem real importância, pois a formação acadêmica deve estar de acordo com as necessidades de mercado, logo identificar como está sendo tratada a questão ambiental nos cursos de Ciências Contábeis é um avanço na formação dos futuros contadores.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O comprometimento com o meio ambiente precisa ser abrangente dentro das organizações empresariais, e a contabilidade é uma ferramenta importante para avaliar as decisões no que tange ao gerenciamento ambiental das empresas. Para tanto é preciso que os profissionais contadores estejam aptos a trabalhar nesta área específica das ciências contábeis.

Diante do exposto pretende-se responder por meio dessa pesquisa a seguinte questão: Será que o ensino superior de Ciências Contábeis, em Teixeira de Freitas/BA favorece a formação de profissionais aptos a atuar na área da contabilidade ambiental?

Outras questões nortearão a pesquisa como as matrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis estão adequadas para a formação desse profissional; se as instituições de ensino que fazem parte desse estudo oferecem a disciplina de contabilidade ambiental em caráter obrigatório e transversal; se professores e tutores percebem a relevância da importância dessa disciplina.

1.3OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Conhecer a oferta de ensino da Contabilidade Ambiental em Teixeira de Freitas como eixo formador de profissionais aptos a trabalhar nesta área específica das ciências contábeis.

1.3.2 Específicos

- Verificar as matrizes curriculares e ementário dos cursos de Ciências Contábeis nas instituições de ensino superior em Teixeira de Freitas, Bahia;
- Descrever a visão dos professores e tutores dos cursos sobre a oferta da disciplina Contabilidade Ambiental e sua aplicabilidade na prática contábil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A questão do uso inadequado do meio ambiente afetou o destino da humanidade desencadeando a mobilização dos governos e das sociedades civis para o enfrentamento da crise. O compromisso e a responsabilidade com a questão ambiental passou a ser matéria de discussão em todas as áreas do conhecimento no mundo inteiro.

Na década de 1960, se intensificou a percepção da humanidade caminhar para o esgotamento, ou a inviabilização de recursos indispensáveis à sua própria sobrevivência devido à intensificação dos efeitos negativos dessa proposta de desenvolvimento. Percebe-se que as alterações ambientais antes do período da revolução industrial ocorreram de forma mais gradual e em determinados pontos, sendo que nos últimos séculos a nível regional e global, vemos impactos mais drásticos como a chuva ácida, a diminuição da camada de ozônio, o aumento do efeito estufa, resíduos tóxicos, acidentes industriais, entre outros (BRASIL, 1998; SILVA FILHO, 2000; PHILIPPI, ROMÉRO, BRUNA, 2004).

É nesse contexto de medo e insegurança, além de uma intensa industrialização mundial que as questões ambientais começam a surgir juntamente com outros movimentos de contracultura* como, por exemplo, os pacifistas, hippies, feministas. O movimento ambientalista traz a tona questões relacionado aos excessivos impactos ambientais, dentre eles um mote muito valorizado é a própria questão nuclear, denunciam a extração e uso exagerado dos recursos naturais, a poluição e a destruição de ecossistemas naturais, a extinção de animais entre outros aspectos inicialmente relacionados diretamente ao naturalismo (DIAS, 2011, p.02).

De acordo com Dias (2010) a expressão educação ambiental (EA) foi proclamada pela 1ª vez em 1965 em Keele, Grã-Bretanha, na conferência em educação, ocasião em que se concluiu que a EA deveria se tornar parte essencial da formação de todos os cidadãos. Considera-se também como tendo seus

* A contracultura movimento de contestação de caráter social e cultural que surgiu nos Estados Unidos na década de 1960 que ganhou força entre os jovens e lutava por vários ideais como: valorização da natureza, pela paz, respeito às minorias raciais e culturais, liberdade sexual, discordância com os princípios do capitalismo e economia de mercado, entre outros (PEREIRA, 2009,p.14).

primórdios no Programa Internacional da UNESCO sobre o Homem e a Biosfera de 1971, mas foi na Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, realizada de 5 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo, Suécia, que surgiu no âmbito mundial a preocupação com os problemas ambientais, reconhecendo-se a necessidade do desenvolvimento de uma educação ambiental, recomendando-se o estabelecimento de programas neste sentido. Dessa forma, surgiu a EA como uma nova ciência preocupada principalmente em apresentar soluções aos problemas ambientais mundiais.

A EA comumente, tem se apresentado como um conjunto de técnicas para resolver problemas ambientais, partindo de enfoques ecológicos, científicos e tecnológicos, e também tem salientado o contexto sócio - histórico no qual se geram e desenvolvem as problemáticas que procura resolver, visto que um povo que não possui memória histórica está condenado a repeti-la constantemente. A EA vem sendo incorporada como uma prática inovadora em diferentes âmbitos. Neste sentido, destaca-se tanto sua internalização como objeto de políticas públicas de educação e de meio ambiente em âmbito nacional, quanto sua incorporação num âmbito mais capilarizado, como mediação educativa, por um amplo conjunto de práticas de desenvolvimento social (CARVALHO, 2001).

A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais” (SORRENTINO et al, 2005, p. 288).

Desde o início, a EA vem sofrendo diversas influências tantas são as visões que têm coexistido sobre a relação sociedade – natureza. Sauv  (2005) afirma existir diversos modos de abordar a EA, porque   uma esfera de intera es que está na base do desenvolvimento pessoal e social, sendo vários modos de aprender o meio ambiente como:

- Meio ambiente/natureza (apreciar, respeitar e preservar); a EA explora os vínculos existentes entre identidade, cultura e natureza;

- Meio ambiente/recurso (gerir, repartir); a EA direcionada para a conservação, o consumo responsável e solidariedade na repartição equitativa dos bens;
- Meio ambiente/problema (prevenir e resolver); a EA estimulando a resolução de problemas reais e a concretização de projetos preventivos;
- Meio ambiente/sistema (compreender para decidir pelo melhor); a EA reconhecendo os vínculos entre passado, presente e futuro, entre local e global, entre as esferas política econômica e ambiental, entre os modos de vida, a saúde e o meio ambiente;
- Meio ambiente/lugar em que se vive (conhecer para aprimorar); a EA explorando e descobrindo o lugar em que se vive para favorecer a interação social, o conforto, a segurança, a saúde;
- Meio ambiente/biosfera (viver junto e em longo prazo); a EA considerando a interdependência das realidades socioambientais em nível mundial;
- Meio ambiente/Projeto comunitário (cooperação e parcerias); a EA numa abordagem colaborativa introduzindo a ideia de práxis: ação associada à reflexão crítica;
- Meio ambiente/território (relação de identidade); a EA contextual e culturalmente determinada;
- Meio ambiente/sustentabilidade; a EA como importante fenômeno sócio-histórico.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabeleceu o ensino da Educação Ambiental nas modalidades de ensino na educação básica, média e superior, em caráter formal e não-formal. A Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999 que trata da educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em seu Cap. 1 Art. 1º reza:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A EA propõe subsídios teóricos que visam a consciência sobre o meio ambiente e não apenas um instrumento de defesa ambiental e da cidadania,

devendo ser um processo de construção de valores sociais, de conhecimentos e atitudes voltadas para alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

A evolução histórica das questões ambientais está intimamente ligada com a evolução do homem que sempre dependeu dos recursos da natureza como fonte de sobrevivência. Quanto mais o homem avançou na escala do desenvolvimento tecnológico mais espoliou as reservas naturais e o meio ambiente.

O consumo exagerado sem a preocupação com a conservação culminou com grandes catástrofes ambientais, índices alarmantes de poluição, esgotamento de recursos naturais. Somente há poucas décadas, é que se iniciaram movimentos em favor da utilização racional destes recursos (MOROSINE, 2005).

Para Ribeiro (2004), entre os meados do século XVIII e XIX, os problemas ambientais estiveram associados aos efeitos do processo de industrialização e urbanização que passaram a determinar condições de vida e trabalho. No século XX, no início da década de cinquenta os impactos da industrialização sobre o meio ambiente já começavam a ser percebidos. Em 1952, foi observado pela primeira vez em Londres o fenômeno denominado “*smog*” que levou a óbito aproximadamente de oito mil pessoas, o *smog* permaneceu sobre Londres durante quatro dias, por causa da inversão térmica.

Smog é um fenômeno fotoquímico caracterizado pela formação de uma espécie de neblina composta por poluição, vapor de água e outros compostos químicos. Geralmente, o *smog* se forma em grandes cidades, onde a poluição do ar é elevada e provocada, principalmente, pela queima de combustíveis fósseis (gasolina e diesel) pelos veículos automotores. Em regiões com grande presença de indústrias poluidoras ocorre o *smog* industrial com aldeídos, dióxido de nitrogênio, ozônio, óxido de nitrogênio, hidrocarbonetos e outros compostos orgânicos voláteis (BAIRD, 2002).

Outros desastres também foram relatados como a poluição da baía de Minamata, no Japão, e a questão do DDT (diclorodifeniltricloetano), inseticida usado durante esse período (MARQUES, 2005).

Ainda na década de 60 a bióloga norte-americana Rachel Carson publicou um estudo no livro (*Silent Spring* – Primavera Silenciosa), no qual alertava para o uso indiscriminado de pesticidas, que, além de destruir insetos como se pretendia, envenenavam os pássaros. A publicação de livro foi um dos acontecimentos apontados como mais significativo para o impulso da revolução ambiental, por ter

gerado muita indignação, aumentado à consciência pública quanto às implicações das atividades humanas sobre o meio ambiente e seu custo social, e por ter gerado reações por parte de governos de vários países, visando regulamentar a produção e a utilização de pesticidas e inseticidas químicos sintéticos (PHILIPPI Jr., ROMÉRO, BRUNA, 2004).

No mês de abril de 1968, reuniram-se em Roma (Itália), 30 pessoas de dez países, entre cientistas, educadores, industriais e funcionários públicos de diferentes instâncias de governo, objetivando discutir os dilemas atuais e futuros do homem relacionados ao uso indiscriminado dos recursos naturais do meio ambiente em termos mundiais. Deste encontro nasceu o Clube de Roma, uma organização para promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – que formam o sistema global; chamar a atenção dos que são responsáveis por decisões de alto alcance, e do público do mundo inteiro, para um novo modo de entender e, assim, promover novas iniciativas e planos de ação referentes ao meio ambiente (DIAS, 2008).

Inicialmente este grupo foi convidado pelo industrial italiano Aurélio Peccei (Gestor da Fiat e Olivetti e diretor da Italconsult) e o cientista escocês Alexander King para esta reunião focando o pensamento de curto prazo nos assuntos internacionais voltados ao meio ambiente. Foi então que nesta reunião cada participante se comprometeu a sensibilizar os líderes mundiais e os tomadores de decisão sobre as questões intrínsecas no sentido de que as consequências em longo prazo da crescente interdependência global dos recursos naturais que até então são utilizados de forma indiscriminada, como se os mesmos não fossem finitos, em um planeta também finito. ((PHILIPPI Jr., ROMÉRO, BRUNA, 2004).

Em 1972 aconteceu a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Estocolmo, na Suécia. Os aspectos históricos que antecederam a Conferência de Estocolmo foram marcados por questionamentos dos modelos de desenvolvimento ocidentais e socialistas. Entretanto, em meio aos protestos e manifestações de caráter político-econômico, também surgiam movimentos em prol da defesa do meio ambiente e de análises sobre o impacto da industrialização sobre o mesmo.

Essa conferência foi um marco para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental. Discutiram-se questões como a defesa e melhoria do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Gerou a Declaração sobre o

Ambiente Humano e estabeleceu o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano. Preocupações: crescimento populacional, aumento dos níveis de poluição e o esgotamento dos recursos naturais. Nesta ocasião representantes do governo brasileiro defenderam o desenvolvimento econômico a qualquer custo (MOROSINE, 2005).

De acordo com Milaré (2004) a Declaração sobre o Ambiente Humano enfatizou a necessidade de livre intercâmbio de experiências científicas e do mútuo auxílio tecnológico e financeiro entre os países, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais.

Segundo Freitas, Soares e Porto (1999) somente a partir da década de 1980 é que começaram a surgir no Brasil condições jurídicas e institucionais para ações de controle do meio ambiente mais efetivas e consistentes.

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) vem disciplinada pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. É a referência mais importante na proteção ambiental. Ela dá efetividade ao artigo Constitucional 225. O Direito que está preceituado neste artigo é referente ao meio ambiente equilibrado simultaneamente ao dever de responsabilidade, quando uma atividade gerar dano ambiental. Portanto, esse dispositivo Constitucional, regulador do meio ambiente, determina o não uso indiscriminado de determinado bem, quando sua utilização colocar em risco o equilíbrio ambiental, e define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (DOU, 02/09/1981).

Em 1988 a Assembleia Geral das Nações Unidas na 43ª Sessão aprovou a resolução 43/196* determinando a realização de uma conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento para que pudesse avaliar como os países haviam promovido a proteção ambiental desde a conferência de Estocolmo. O Brasil sediou este encontro denominado Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ficou conhecida como Cúpula da Terra.

* Fundação Getúlio Vargas. Disponível em :http://nc.moodle.fgv.br/cursos/gestao_amb_desenv. Acesso em: Out de 2017.

Em 1992, no Rio de Janeiro ocorre a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), popularmente Rio 92 ou ainda Eco 92, resultando em cinco importantes documentos:

- Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Agenda 21;
- Princípios para a Administração Sustentável das Florestas;
- Convenção da Biodiversidade;
- Convenção sobre Mudança do Clima.

De acordo com Seiffert (2007) a década de 90 colocou em evidência os problemas relacionados ao clima e sua influência na sobrevivência dos ecossistemas. A expressão qualidade ambiental passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. Muitas empresas passaram a se preocupar com a racionalização do uso de energia e de matérias-primas (madeira para fabricação de papel, água, combustível e outros), além de maior empenho e estímulos à reciclagem e reutilização, evitando desperdícios.

Em 2002 foi realizada na África do Sul a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também denominada Cúpula de Johannesburgo ou Rio+10 que se propôs avaliar e fortalecer a aplicação dos princípios aprovados no Rio de Janeiro.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi realizada entre os dias 17 e 18 de julho de 2012 na cidade brasileira do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

2.2 O MEIO AMBIENTE E OS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais podem ser definidos como as consequências negativas geradas ao meio ambiente, originárias de ações humanas. Segundo a resolução Conama nº 001 de 1986:

É considerado impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer

forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas, que afete direta ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

Os problemas mais comuns que impactam o meio ambiente estão relacionados ao consumo de recursos naturais e produção excessiva de resíduos, o que resulta na destruição de habitats, poluição e escassez de substâncias essenciais para a vida como a água. A queima em larga escala de petróleo, carvão e gás natural para gerar combustível e eletricidade é um dos principais causadores do que pode ser considerado o mais grave dos problemas ambientais, o aquecimento global (BRASIL, 2005).

O impacto ambiental trata-se do desequilíbrio provocado pela ação do homem no meio ambiente. No entanto, pode ser resultado de acidentes naturais: a explosão de um vulcão, o choque de um meteoro, um raio etc.

O aumento no consumo de energia, água, minerais e elementos da biodiversidade vem causando sérios problemas ambientais, como a poluição da água e do ar, a contaminação e o desgaste do solo, o desaparecimento de espécies animais e vegetais e as mudanças climáticas. Para tentar enfrentar estes problemas surgiram muitas propostas de política ambiental, como consumo verde, consciente, ético, responsável ou sustentável (BRASIL, 2005, p.14).

Os impactos ambientais podem acontecer em escala local, regional e global, mas é preciso ter consciência que os impactos locais em cadeia podem ter influência no ecossistema global.

Como exemplo pode-se citar que a devastação de florestas por queimadas provoca desequilíbrios no ecossistema natural com a extinção de espécies animais e vegetais, empobrecimento do solo, assoreamento dos rios, diminuição do índice pluviométrico. Conseqüentemente a emissão de gás carbônico como resultado da combustão da madeira das árvores aumenta a concentração desse gás na atmosfera, agravando o efeito estufa de maneira global (VEIGA, 2005).

De acordo com VEIGA e BRASIL, os principais impactos ambientais ligados ao solo são:

- Erosão na zona urbana que ocorre através do crescimento da expansão urbana desordenada, com devastação de áreas de encosta de

morro para construção de moradias, o que acarreta deslizamento e desmoronamento;

- Erosão na zona rural causada pelo manejo agrícola inadequado como o uso de queimadas do solo, uso de adubos químicos sem orientação técnica o que pode contaminar lagos, rios e lençóis freáticos;
- Aumento na geração de resíduos sólidos tendo como consequência contaminação do solo, ar e água, proliferação de vetores transmissores de doenças, entupimento de redes de drenagem urbana, enchentes, degradação do ambiente, doenças etc.

Impactos ligados ao desmatamento:

- Aumento do processo erosivo, desencadeando um empobrecimento dos solos;
- Assoreamento de rios e lagos, provocando desequilíbrios nos ecossistemas aquáticos;
- O rebaixamento do lençol freático, resultante da menor infiltração da água das chuvas no subsolo, provocar problemas de abastecimento de água nas cidades e na agricultura;
- Diminuição dos índices pluviométricos;
- Elevação das temperaturas como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto;
- Redução ou fim das atividades extrativas vegetais, muitas vezes de alto valor socioeconômico regional;
- Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares.

Impactos ligados à atmosfera:

- Chuva ácida;
- Clima;
- Degradação da camada de ozônio (VEIGA; BRASIL, 2005).

No Brasil, no âmbito federal, o primeiro dispositivo legal associado a Avaliação de Impactos Ambientais deu-se por meio da aprovação da Lei Federal 6.938, de 31.08.1981. Esta Lei estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e estabelece o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente - como órgão executor. Desta forma, passou-se a exigir que todos os empreendimentos potencialmente impactantes procedessem, dentre outras obrigações:

- A identificação dos impactos ambientais;
- A caracterização dos efeitos negativos;
- A definição de ações e meios para mitigação dos impactos negativos.

A preocupação da humanidade com a proteção ambiental tornou necessária a criação de instrumentos para tutelar o meio ambiente. Por isso, a implantação de qualquer atividade ou obra efetiva ou potencialmente causadora de impacto

ambiental significativo deve submeter-se a uma análise e controle prévios. A análise é necessária para se antever os riscos e eventuais impactos ambientais a serem prevenidos, corrigidos, mitigados e/ou compensados no momento da instalação, da operação e, em certos casos, do encerramento da atividade.

A avaliação dos Impactos Ambientais é um instrumento de política ambiental formado por um conjunto de procedimentos capaz de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistemático dos impactos ambientais de uma proposta e suas alternativas e que resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão.

2.2.1 A gestão ambiental

A sociedade está cada dia mais exigente com as empresas, requerendo informações econômicas, financeiras sociais e ambientais.

Segundo Mendes:

Muitos agentes internos e externos estão mostrando interesse crescente no desempenho ambiental das organizações, em especial o setor privado da economia. Agentes internos que tanto podem ser os empregados afetados pela poluição no ambiente de trabalho quanto stakeholders externos, que incluem as comunidades afetadas pela poluição local, grupos de ativistas ambientais, reguladores do governo, acionistas, investidores, clientes e fornecedores. Os tipos e intensidades das pressões ambientais podem variar muito de país para país e entre os diferentes setores de atividade econômica. É seguro dizer, porém, que a pressão ambiental está forçando muitas empresas a procurar novas, criativas e rentáveis formas de controlar e minimizar os impactos ambientais (MENDES, 2010, p. 10).

Com a globalização, as políticas internacionais sobre sustentabilidade e proteção do meio ambiente as empresas passaram a se comprometer com a responsabilidade social que lhes compete na área de sustentabilidade. Van Marrewijk (2003, apud MUNK; SOUZA, 2009, p.197) elaborou um modelo de hierarquização que qualifica as empresas em seis diferentes padrões de alcance e desenvolvimento da sustentabilidade organizacional, os seis níveis apresentam motivações para a adoção da sustentabilidade organizacional pelas empresas. Esses padrões são:

Pré-sustentabilidade organizacional- Neste padrão não se observa qualquer ambição para se alcançar a sustentabilidade organizacional. No

entanto algumas ações rotuladas como sustentáveis podem ser iniciadas quando exigidas por pressões externas (legislações e exigência dos consumidores). Um monitoramento rígido e constantes aprimoramentos são necessários a fim de que a empresa possa desenvolver o que entende sobre sustentabilidade organizacional.

A sustentabilidade organizacional em conformidade com a legislação - Neste padrão de qualificação a sustentabilidade organizacional consiste na provisão de bem-estar para a sociedade dentro dos limites previstos por normatizações legais. Além disso, as organizações precisam responder a algumas demandas de caridade e reivindicações oriundas de atores sociais diversos. A motivação para a sustentabilidade está em percebê-la como algo imposto, uma obrigação ou um comportamento correto.

A sustentabilidade organizacional orientada pelo lucro - Este padrão de sustentabilidade organizacional é caracterizado por uma integração dos aspectos sociais, éticos e ecológicos junto às operações realizadas pelas empresas, ou seja, junto aos seus processos de tomada de decisões, desde que tal opção contribua com algum retorno financeiro para a organização. A motivação para a sustentabilidade organizacional está relacionada ao desenvolvimento financeiro do negócio. A sustentabilidade organizacional, portanto, apenas será promovida se for rentável.

A sustentabilidade organizacional consciente (focada na conservação) - Neste padrão existe um interesse por equilibrar questões econômicas, sociais e ecológicas, todas colocadas em um mesmo patamar de importância. As iniciativas relacionadas a essa sustentabilidade organizacional vão além das conformidades legais e não se limitam às preocupações sobre os lucros. A motivação para a sustentabilidade organizacional está no potencial humano, na responsabilidade social das empresas e no cuidado com o Planeta.

Sustentabilidade organizacional sinérgica - Este padrão de sustentabilidade organizacional busca por soluções funcionais e bem elaboradas que criem valor nos escopos econômicos, sociais e ecológicos. Esta performance é evidenciada por diferentes índices de desempenhos organizacionais, os quais são conquistados por uma abordagem de ganho mútuo participada por todos os stakeholders mais relevantes da cadeia de relacionamento da organização. A motivação para a sustentabilidade organizacional está em reconhecer a sustentabilidade como um fenômeno importante por si só, especialmente por ser compreendida como uma ação inevitável para o progresso da empresa.

Sustentabilidade organizacional holística - Este padrão identifica que a sustentabilidade organizacional está extremamente integrada e embutida em cada um dos aspectos envolvidos aos processos de gestão e, bem por isso, objetiva contribuir para a qualidade, manutenção e continuação da vida de todos os seres e instituições, tanto no presente quanto no futuro. A motivação para a sustentabilidade organizacional está em observar a sustentabilidade como a única alternativa de resposta à crise do meio ambiente. Assim, cada pessoa e organização possuem uma responsabilidade universal para com todos os outros seres vivos do Planeta (VAN; MARREWIJK, 2003, apud MUNK; SOUZA, 2009, p.197).

O modelo da sustentabilidade organizacional é uma nova forma de fazer negócios que tem como pressuposto o novo papel da empresa na sociedade. Para que uma organização torne-se realmente sustentável é necessário que haja

integração entre o setor econômico, social e ambiental, que compõem a sustentabilidade organizacional.

A partir da Conferência de Estocolmo em 1972 a questão ambiental foi inserida de maneira prioritária e definitiva na agenda internacional de prioridades dos governos. A Conferência propôs: plano de ação para combater os diversos tipos de poluição e proteção à natureza; desenvolvimento de ações contra o subdesenvolvimento; transferência de recursos técnicos e financeiros para os países do Terceiro Mundo; o ecodesenvolvimento, baseada na utilização de recursos humanos e naturais em escala local e regional (BERNARDES, 2003).

No Brasil, a preocupação com os problemas ambientais e sua vinculação com a responsabilização de todos estão nos artigos da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. O Estado tem a obrigação de criar condições que possibilitem o efetivo acesso ao direito assegurado pela legislação, o Art. 225 diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A defesa e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado é obrigação do poder público e da população. Segundo Quintas (2002, p.1) “a mesma coletividade que deve ter assegurado o seu direito de viver num ambiente que lhe proporcione uma sadia qualidade de vida, também precisa utilizar os recursos ambientais para satisfazer suas necessidades.” Portanto é preciso que população saiba usar dos recursos naturais sem provocar danos ou produzir riscos.

A lei por si só não detém os danos causados ao meio ambiente em virtude do aumento exacerbado do consumo, o extrativismo de matéria prima sem sustentabilidade, a devastação de matas e florestas, a poluição de rios e mananciais etc., para tanto é necessária uma reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental. Este desafio passa pela educação, nas diferentes áreas do saber.

A mesma responsabilidade que é exigida das pessoas físicas, órgãos públicos sobre a questão ambiental, também é compromisso das empresas privadas. As empresas têm como meta o desenvolvimento de suas atividades

econômicas e financeiras sem espoliar o meio ambiente, como também prestar contas à sociedade de suas atividades.

2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O objeto de escolha do pensamento ecológico atualmente não se situa mais entre desenvolvimento ou proteção do meio ambiente. A escolha se coloca precisamente entre que tipo de desenvolvimento se deseja implementar de agora em diante, uma vez que, após a criação das tecnologias limpas – a nova vantagem competitiva no mercado –, desenvolvimento e meio ambiente deixaram de ser considerados como duas realidades antagônicas, e passaram a ser complementares.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (ONU, RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1988, p. 45).

O pensamento ecológico atual não exclui o desenvolvimento da proteção do meio ambiente. O Relatório de Brundtland (ONU 1988, p.46) diz que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”. Assume uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando que o progresso econômico e social não pode se fundamentar na exploração indiscriminada e devastadora da natureza.

A partir de então, com esse novo ideário sendo discutidas em todas as esferas sociais, as organizações empresariais passaram a preocupar-se com sua efetiva materialização no contexto das organizações empresariais. O sociólogo inglês John Elkington fundou a consultoria *Sustainability* pregando o modelo de mudança social fundamentado no *triple bottom line*, ou seja, tripé da sustentabilidade integrando as dimensões econômica, humana e ambiental, com o propósito de prestar atendimento, de forma equilibrada, às pessoas, ao planeta e ao lucro. Esse modelo de mudança social parte da ideia de que as organizações devem

medir o valor que geram ou o que destroem, nas dimensões econômica, social e ambiental (SUSTAINABILITY, 2008; ELKINGTON, 1999).

Elkington e Zeiltz apresentaram uma agenda para a mudança de ação no mundo empresarial, defendendo que o objetivo mais importante para as empresas passa por redefinir os resultados financeiros, através da integração dos custos das cadeias de valor a longo prazo. Esses passos desafiam os empresários e empresas a encararem a sustentabilidade como prioridade e mostram os efeitos benéficos para os negócios. Esta agenda está organizada em 10 passos:

- **Adotar as aspirações adequadas** levará à transformação necessária negócios.
- **Criar novas estruturas empresariais** como novas formas de negócios que englobam os impactos sociais e ambientais e estruturas governativas de suporte a esta nova realidade, com vista à medição e transparência.
- Aplicar novos princípios de contabilidade através do desenvolvimento de novas formas para medir o impacto do capital natural, no sentido de avaliar riscos e oportunidades de negócio nas operações e na cadeia de valor.
- Repensar o cálculo dos resultados redefinindo o conceito de capitalismo e alterando a forma como se aborda a economia.
- Apostar no bem-estar porque há uma forte ligação entre o bem-estar das pessoas e o sucesso da economia.
- Elevar a fasquia das empresas levando-as a atingir mais e melhores resultados de sustentabilidade com vista ao longo prazo, eliminando subsídios perversos e combatendo a corrupção.
- Perseguir a transparência porque é determinante “reiniciar” as mentalidades, os valores e as instituições.
- Redefinir a educação certificando que as próximas gerações são educadas para perceber que as empresas, além dos benefícios económicos, também devem lutar pelos benefícios sociais e ambientais.
- Aprender através da natureza apostando no conceito *biomimicry* que aproveita os ensinamentos dos modelos, sistemas e elementos da natureza para resolver os problemas das empresas e das pessoas.
- Manter o longo prazo em mente evoluindo de horizontes curtos focados em trimestres para períodos longos (ELKINGTON; ZEILTZ, 2014, p. 7).

A sustentabilidade deve ser entendida como um modelo de gestão de negócios que visa ao retorno (lucro) para os acionistas, envolvendo o desenvolvimento econômico, a promoção social e a proteção dos recursos naturais do planeta: "Os negócios precisam ser gerenciados não apenas do ponto de vista financeiro, mas também considerando aspectos sociais e ambientais" (Elkington 1999, p. 397).

Para que as empresas se adequem a esta nova visão de negócios é preciso que esse tipo de atitude transformadora se desenvolva com a participação de múltiplos atores, inclusive as instituições formadoras de profissionais para a área.

Pensar o desenvolvimento sustentável a partir da visão educacional, muito contribuirá para a formação de profissionais capacitados para a gestão das empresas visando o desenvolvimento sustentável, bem como no desenvolvimento de pesquisas, fornecimento de dados que alimentem políticas públicas, incremento de ações em comunidades locais e outras possibilidades de ações de ensino, pesquisa e extensão.

2.4 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade é a ciência que estuda e interpreta os registros dos fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade. Sua principal finalidade é registrar a movimentação do patrimônio, quer qualitativa, quer quantitativamente, a fim de fornecer informações úteis aos usuários e interessados (IUDÍCIBUS; MARION, 2000).

A expansão de uma consciência coletiva com relação às questões ambientais e a necessidade de se evidenciar informações transparentes fez com que as empresas passassem a utilizar a Contabilidade Ambiental como instrumento de comunicação com a sociedade.

A contabilidade ambiental é essencial para a empresa, para que haja um equilíbrio entre as atividades econômicas e a constante exploração ambiental. A preservação do meio ambiente vem sendo um fator determinante para a sobrevivência e continuidade de uma entidade.

Apesar da sua importância, é pouco conhecida pela sociedade, a maioria das pessoas não tem conhecimento sobre quais aspectos a contabilidade ambiental atua dentro da organização. A Contabilidade Ambiental pode ser entendida como um ramo relativamente novo da Contabilidade que tem como objeto de estudo as informações contábeis referentes ao meio ambiente com o objetivo de identificar e registrar os eventos relacionados ao meio ambiente.

Segundo Ribeiro o objetivo da Contabilidade Ambiental pode ser definido como:

A identificação, a mensuração, o esclarecimento dos eventos e as transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade (RIBEIRO, 2005, p. 45).

Para Bergamini Júnior (1999, p. 3), “a Contabilidade Ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa”.

A acelerada degradação do meio ambiente comprometendo a qualidade de vida das atuais e futuras gerações está propiciando a busca de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico que proteja o meio ambiente. Para tanto torna-se necessário a adoção de um novo modelo de gestão administrativa e contábil considerando o uso dos recursos naturais e os impactos ambientais.

De acordo com Tinoco e Kraemer estes autores afirmam que:

As questões ambientais, ecológicas e sociais hoje presentes nos meios de comunicação, vêm fazendo com que os contadores e os gestores empresariais passem a considera-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da contabilidade ambiental (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 63).

A conscientização não vem apenas da sociedade, mas principalmente das empresas, pois sendo ela, de grande ou pequeno porte, é certo que em seus processos de fabricação ocorram atos que prejudicam o meio em que vivemos. Mas isso não é somente responsabilidade da sociedade, como também é dos governos. As organizações precisam reorganizar suas estratégias para introduzir a variante ecológica no processo da empresa. O controle de recursos naturais, o tratamento e a preservação ambiental, controle de emissão de poluentes, a destinação do lixo e o desmatamento têm sido considerados obrigações das empresas, principalmente das indústrias.

Como a maioria das empresas utiliza-se de recursos ambientais diariamente, é necessário que os gastos dessa constante utilização façam parte da contabilidade da empresa, como cita Barbieri:

A solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos empresários e administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e

tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta. Em outras palavras, espera-se que as empresas deixem de ser problemas e sejam parte das soluções (BARBIERI, 2004, p. 99).

As informações geradas pela contabilidade ambiental, são de interesse do governo, das empresas e da sociedade, pois é apresentada como um meio de comunicação e divulgação da entidade que deve estar comprometida com a ética profissional e empresarial tendo em vista a sua importância na ação comportamental dos indivíduos, principalmente daqueles que utilizam da contabilidade para tomada de decisões, assim:

A contabilidade ambiental tem por finalidade tornar pública toda e qualquer atitude das entidades que possa influenciar o meio ambiente, reconhecendo os custos, passivos e ativos ambientais. Observa-se que deverá então haver, por parte da população, uma cobrança direta nas empresas para que as mesmas divulguem através de notas explicativas, Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e dos relatórios da administração as ações ligadas às questões ambientais. (PFITSCHER, 2004, p. 39).

Contabilidade Ambiental não deve ser tratada como um novo tipo de contabilidade, mais sim como um ramo da contabilidade que busca a adequação do financeiro ao meio ambiente. É o registro dos bens, direitos e obrigações ambientais, essencial para a empresa, para que haja um equilíbrio entre as atividades econômicas e a constante exploração ambiental. A preservação do meio ambiente vindo sendo um fator determinante para a sobrevivência e continuidade de uma entidade.

Com a crescente preocupação em controlar o desgaste da natureza de forma desordenada e as necessidades econômicas aumentando cada vez mais, se faz necessário uma eficaz coleta de dados partindo do pressuposto que findando-se os meios naturais o lucro das empresas será prejudicado de forma incalculável, e no mesmo sentido se houver prejuízo na produção e favorecimento exclusivo à preservação dos recursos naturais, os impactos econômicos serão enormes, logo a contabilidade ambiental visa buscar informações para evitar desgaste econômico para empresa, e ainda assim preservar o meio ambiente.

A contabilidade ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e o afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa (BERGAMINI JUNIOR, 1999, p.98).

Para a empresa a contabilidade ambiental é um instrumento diferencial, pois pode adequá-la a legislação vigente em relação ao meio ambiente, nos selos de certificação ambiental favorecendo as negociações internacionais e nacionais, melhora a imagem da empresa/organização junto a sociedade, e ainda balanceia o impacto ambiental com a obtenção de bons resultados de produção.

A medida de proteção ambiental tem em seus estudos o desenvolvimento econômico que venham a minimizar o impacto custo/benefício ambiental no meio econômico, com diretrizes que tragam eficácia e eficiência no equilíbrio da atividade econômica e preservação do meio ambiente.

Contudo somente em 1991 o Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios começaram seus trabalhos sobre contabilidade ambiental em nível de empresas, e só em 1998 foi formalizada sua posição através do documento denominado Relatório Financeiro e Contábil sobre passivo e custos ambientais, cujos conceitos estão em consonância com os da contabilidade financeira aprovados pelo Comitê de Padrões de Contabilidade Internacional (International Accounting Standards Committee - IASC).

As atitudes em relação às ações de uma empresa para com meio ambiente vão além de calcular os benefícios e prejuízos. É importante o exercício contábil com responsabilidade perante os resultados coletados, oriundos das ações empresarial numa ótica onde cuidar é um benefício para todos, onde se engloba empresa, comunidade, meio ambiente e todos que se relacionam nestes ambientes.

A contabilidade ambiental tem a capacidade de fornecer informações que podem ajudar na procura de soluções para os problemas ambientais. Para Herckert (2003), “o contador é um elemento chave para a ligação entre a empresa e o meio ambiente”. Cabe a ele, criar modelos contábeis para a gestão empresarial com visão na harmonia do desenvolvimento da empresa como célula social, de forma que não prejudique a natureza, que as gerações futuras possam desfrutar com responsabilidade os benefícios dessa herança. Para o autor Herckert:

A contabilidade não pode ficar limitada à escrituração e à mensuração quantitativa do patrimônio da empresa. Ela deve estar aberta à evolução tecnológica e às mudanças rápidas do mundo moderno, bem como deve estar presente na luta pela preservação ambiental natural, criando modelos eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades da riqueza/da empresa com eficácia e também

satisfazer eficazmente as necessidades do meio natural (HERCKERT, 2003, p. 133).

Assim como a contabilidade tradicional a contabilidade Ambiental possui suas contas características. As contas ambientais são em Ativos Ambientais, Passivos Ambientais e as contas de resultado em Receitas, Custos e Despesas.

2.4.1 Ativo ambiental

Na contabilidade existem várias definições para ativo. Segundo o Financial Accounting Standard Boards (FASB) (1976 apud HENDRISKEN; BREDA, 1999, p.283), ativos são “benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade em consequência de transações ou eventos passados”. Para Hermanson (1964), um dos primeiros pesquisadores da contabilidade citado por Tinoco e Kraemer apresenta a definição de Ativo:

Ativos são recursos escassos (definidos como serviços, mas agrupados e classificados como agentes) operando na entidade, capazes de serem transferidos por força da economia, reportados em termos financeiros, e que foram adquiridos como resultado de transações atuais ou realizadas no passado, e que possuem capacidade de gerar benefícios econômicos futuros (KRAEMER, 2004, p. 175).

Assim, o conceito prático de ativo, de forma geral, é o provento em decorrência de transações passadas e/ou atuais, que serão arrecadados por uma entidade, com a mínima capacidade de gerar margem de lucro.

Despreendendo do conceito de ativo, pode se especificar o conceito de ativo ambiental, para Martins e De Luca (1994, p. 26) definem: “Ativos ambientais são todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental e devem ser segregados em linha à parte no balanço patrimonial, para permitir ao usuário melhor avaliação das ações ambientais da empresa”.

As informações geradas nos relatórios contábeis, só tem finalidade a partir da necessidade de atender a demanda de todos os usuários, para melhor conhecer as ações geradas pelas empresas.

Por sua vez, Antonovz (2014, p. 110), já traz o seguinte conceito do ativo ambiental “os bens e direitos da organização, que direta ou indiretamente, estão destinados à atividade de gerenciamento ambiental ou que são dela provenientes”.

Em contrapartida, Silva et al (2013, p. 37 apud RIBEIRO, 1999) conceitua como “recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros, e que tenham finalidade, o controle, preservação e recuperação do meio ambiente”.

Diante das definições apresentadas relação ao ativo ambiental, este deve ser considerado como bens e direitos, que de certa forma são utilizadas em prol da atividade gerencial ambiental, ou dela é variada, com a finalidade de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente, na expectativa de lucro futuro. Tendo como subcategorias em ativo circulante e permanente.

A classificação de ativos ambientais, descrito por Silva et al (2016) leva em consideração os estoques e os permanentes. No primeiro compreende “os insumos adicionáveis ao processo produtivo para eliminar, reduzir ou controlar os níveis de emissão de resíduos, inclusive materiais para a recuperação de ambientes afetados por impactos ambientais causados pela empresa” (BRAGA, 2013, p. 39), já nos permanentes a classificação é de imobilizado e deferido.

O ativo compreende os bens e direito da empresa, onde os bens são divididos em bens corpóreos (palpáveis), que estão classificados no Ativo Circulante e no Imobilizado e Investimento e os bens incorpóreos (não se pode pegar), estão classificados no Ativo Intangível e Deferido (marcas e patentes, pesquisa, etc.); o direito é toda movimentação realizada na entidade que irá gerar um crédito de recebimento para a empresa seja em curto ou longo prazo, que pode ser classificado no grupo Ativo Circulante nas contas de Clientes ou duplicatas a receber e no grupo Realizável a Longo Prazo nas contas, Empréstimos a receber e clientes a receber.

Já para Antonovz (2014), a classificação dos ativos é apresentada da seguinte forma: Ativo Circulante (Estoques Ambientais), Ativo Permanente, sendo subdividido em investimentos ambientais, imobilizado ambiental, intangível ambiental e deferido ambiental.

O ativo circulante, onde cabem os estoques ambientais compreende o estoque de materiais, produtos em processos ou acabados, que tem como objetivo em seu uso a preservação e recuperação ambiental.

Já o ativo permanente com a sua subdivisão, o investimento ambiental são os gastos com o reflorestamento ou aquisições de floretas visando recuperar o meio ambiente ou preservá-lo. O imobilizado ambiental envolve as contas referentes aos

bens corpóreos que tem como finalidade a manutenção das atividades da campanha ou exercício com essa finalidade, estando sujeito ao processo de depreciação ou exaustão. O deferido ambiental engloba os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias em longo prazo. E o intangível ambiental são os que não têm existência física (ANTONOVZ, 2014).

Considera-se ativo ambiental todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental que podem estar na forma de capital de giro ou capital fixo.

2.4.2 Passivo ambiental

Passivo Ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinadas única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental. “Os passivos ambientais ocorrem pelo uso de áreas que compõem o meio ambiente e que de alguma forma estão sendo prejudicadas” (KRAEMER, 2006, p.03).

No Passivo são classificadas todas as obrigações e dívidas contraídas pela entidade econômica, onde se lança um acontecimento passado e do qual se esperam que fluam benefícios econômicos no futuro, podendo ser obtido por capital próprio ou de terceiros.

O Passivo Ambiental segundo Braga é definido como:

Sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos decorrentes de obrigações presentes de uma dada entidade quanto à transferência de ativos ou prestação de serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados (BRAGA, 2013, p. 43).

Do mesmo modo que no ativo, o passivo tem características essenciais, conforme ensinam Hendrisen e Breda Braga (1999, apud BRAGA, 2013, p. 46) sendo elas: obrigação presente; obrigações legais, justas ou construtivas; e transações e outros eventos. A primeira característica apresentada aponta o passivo como uma obrigação que sempre tem como fato gerador algo pretérito, sendo que a

origem deve ser entre entidades, uma detentora de direito correspondente. Havendo um momento determinado para o adimplemento da obrigação.

As obrigações legais, justas ou construtivas, limita a ação do devedor, sendo proposto tão exclusivamente o adimplemento da obrigação. Sendo esse o aspecto legal da obrigação, o qual pode ter uma maior amplitude quando o devedor assume, seja por motivos éticos ou morais, que a obrigação a ser paga é maior que a devida de fato, sendo este aspecto o da obrigação justa. Quanto ao aspecto construtivo, são as obrigações que não são devidas por meio legal, mas se consolidam pelo costume. Por último, se aponta como característica “as transações e outros eventos, leva em consideração que para existir um passivo o fato gerador já tenha que está realizado” (BRAGA, 2013, p. 43).

O endividamento da organização é decorrente de uma origem de recurso, onde será aplicado no ativo, cabendo a empresa assumir com sua obrigação se tornando confiável aos usuários.

Carvalho (2012, apud ANTONOVZ 2014, p. 113) define passivos ambientais como “contingências formadas em longo período e surgem da posse e do uso de uma mina, uma siderúrgica ou um lago, rio, mar e de uma série de espaço que compõem nosso meio ambiente”.

De acordo com Ribeiro e Gratão (2000) os passivos ambientais são mais conhecidos pelas suas conotações mais negativas quando empresas agridem significativamente o meio ambiente e têm que pagar valores muito altos para indenização de terceiros, multas e recuperação das áreas danificadas. Como exemplo, tem-se o recente caso da cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais, quando ocorreu o maior desastre ecológico da história recente brasileira, com rompimento das barragens de dejetos provenientes da mineração exploradas pela empresa Samarco. O rompimento das barragens provocou a morte de pessoas, destruiu a cidade e a lama tóxica provocou danos irreparáveis na fauna e flora e atingiu, entre outros, o Rio Doce, ao longo de todo o seu curso até ao mar (atravessando zonas protegidas de floresta de Mata Atlântica).

Percebe-se uma diferença entre as definições de Passivo Ambiental, comentado pelos autores acima, onde um define que o Passivo surge no momento em que se adquire uma obrigação através de um aumento no ativo imobilizado na aquisição de matas, rios, enquanto o outro diz que o passivo ambiental tem um aumento por atos da ilegalidade, ou seja, adquirido por multas e indenizações

causadas por ações ilícitas da empresa. O Instituto Brasileiro dos Contadores - IBRACON (1995) vem confirmar a definição de Ribeiro Gratão, quando trata o passivo ambiental como: “toda a agressão que se pratica ou praticou contra o meio ambiente. Consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. Uma empresa tem passivo ambiental quando ela agride de algum modo ou ação o meio ambiente e não dispõe nenhum projeto para sua recuperação aprovado oficialmente ou de sua própria decisão” (IBRACON NPA11, 1995).

A partir destas definições pode-se dizer que o passivo ambiental existe quando a empresa é obrigada ou opta a gastar dinheiro com o meio-ambiente na forma de controle, recuperação, preservação ambiental voluntária, da contaminação do solo, ou do lençol freático ou ainda do não cumprimento de eventuais termos de compromisso, firmados com órgãos oficiais de controle ambiental ou de ações do Ministério Público, decorrentes de reclamações da comunidade. Deste modo, o passivo ambiental representa uma obrigação de responsabilidade social que a empresa possui em relação aos aspectos ambientais, gerados em decorrência de suas atividades que não tenham sido controladas ao longo de suas operações.

Assim, o conceito de passivo ambiental fica palatável quando se observa que as empresas em suas atividades agridem o meio ambiente, e em decorrência dessas agressões obrigam essas entidades, seja por decorrência de lei ou por meios judiciais, a tentarem amenizar aqueles danos causados ao meio ambiente ou ao terceiro prejudicado.

2.4.3 Despesa ambiental

As despesas ambientais são gastos que não estejam diretamente relacionados com atividade produtiva da entidade, tenham ocorrido no período e estejam ligados ao meio ambiente.

Despesa, em sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas. Note que a despesa pode referir-se a gastos efetuados no passado, no presente ou que serão realizadas no futuro. De forma geral, podemos dizer que o grande fato gerador de despesas é o esforço continuado pra produzir receita (IUDICIBUS, 1993, p.133).

Na maioria das vezes as despesas ambientais são provenientes da prevenção ou adequação do processo produtivo para atender as exigências legais e também sociais.

Entende-se por despesa o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, ajuda a produzir uma receita. Diminuindo o Ativo através do pagamento avista ou aumentando o passivo pela aquisição do bem ou serviço na modalidade a prazo, sendo que essa despesa é realizada com a finalidade de se obter uma receita.

De acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG, 2004) despesa ambiental é definida como gasto que tenha relação com o meio ambiente, mas que não está relacionado com o processo produtivo da empresa, como:

- Cartazes, cartilhas e folders para aplicar em educação ambiental;
- Desenvolver educação ambiental para funcionários, administradores, comunidade;
- Recuperar dano ambiental e dar cumprimento a compensações ambientais a serem realizadas pela empresa em decorrência de sua atividade;
- Contratar consultoria para elaboração de relatórios, estudos e análises ambientais para monitorar os impactos relacionados com o meio ambiente;
- Arcar com as multas ou indenizações ambientais em decorrência de suas atividades estarem em desacordo com o disposto na legislação ambiental.

As despesas ambientais são incorridas com o objetivo de verificar o atendimento às normas, padrões e legislação ambiental através do uso de instrumentos de medição, dispositivos de controle de processos, verificações periódicas por pessoal qualificado, auditorias ambientais, restauração de áreas contaminadas, como também na compra de materiais auxiliares específicos. (CASTRO JUNIOR, 2008).

Reconhecer as despesas faz-se necessário à medida que estes geram gastos e com esta nova visão da empresa e a preocupação de todos, seja empresários ou

consumidores com o risco ambiental, deve-se levar em conta que se torna um benefício trazido a sociedade e uma visão de credibilidade para a empresa.

2.4.4 Custo ambiental

As empresas que estão se adequando ao novo conceito de preservação ambiental e que estão procurando uma política de qualidade na sua organização devem ter em mente os custos ambientais gerados, destacando-os com os demais custos de fabricação.

Conforme a ITG (2004) define-se custo Ambiental como “o consumo de recurso pela entidade relacionado ao processo produtivo que tenha por objetivo monitorar, mitigar e prevenir danos ambientais causados pelas atividades operacionais ou outros consumos vinculados à produção”. O Custo Ambiental pode ser exemplificado com os gastos relacionados com:

- Tratamento de efluentes para descartar de forma sustentável seus dejetos e, conseqüentemente, preservar o meio ambiente;
- Reciclagem de materiais aplicados no processo produtivo com objetivo de ampliar seu ciclo de vida;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Manutenção de áreas nativas.

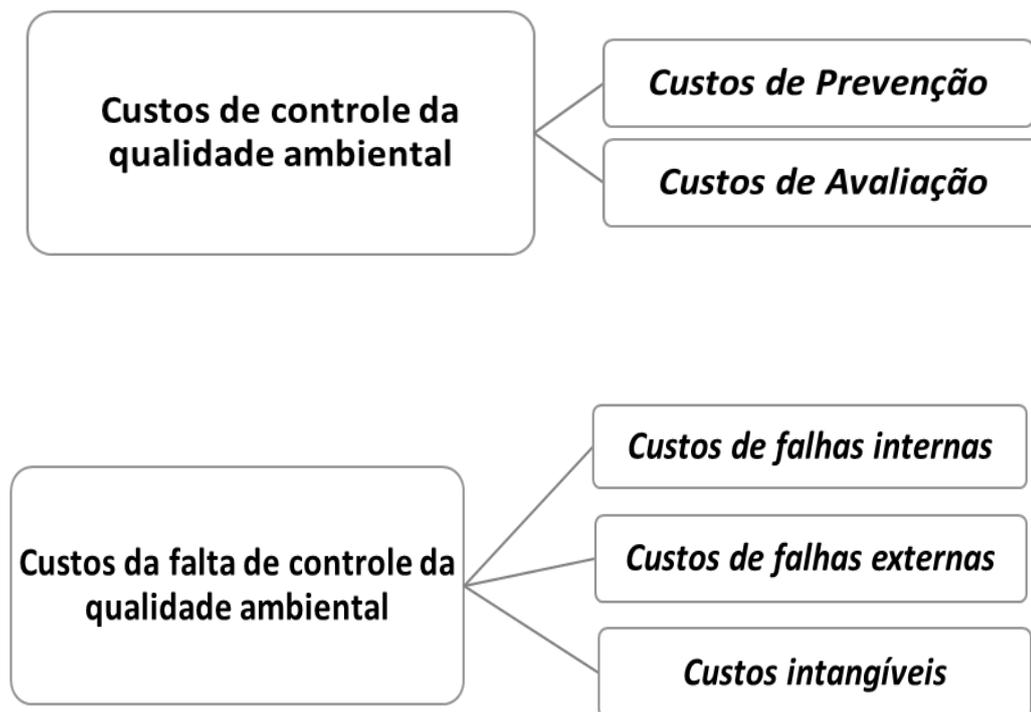
Segundo Carvalho, Matos e Moraes (2000, p. 15) “os custos ambientais compreendem todos aqueles gastos relacionados direta ou indiretamente com a proteção do meio ambiente e que serão ativados em função de sua vida útil”, ou seja:

- Amortização, exaustão e depreciação;
- Aquisição de insumos para controle, redução ou eliminação de poluentes;
- Tratamento de resíduos de produtos;
- Disposição dos resíduos poluentes;
- Tratamento de recuperação e restauração de áreas contaminadas;
- Mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação e recuperação do meio ambiente (CARVALHO; MATOS; MORAES, 2000, p. 15).

Em geral os custos ambientais podem estar de forma oculta nas despesas, visto que ainda não há uma preocupação por parte dos profissionais de contabilidade e gestores em identificar e controlar os custos específicos. A partir do momento que se identifica os custos e passa controlá-los, tem-se a possibilidade de contribuir para reduzi-los e assim aumentar a rentabilidade e ainda melhorar a imagem da empresa.

Segundo a opinião de Moura (2003), conforme retratado na figura 1, os custos são classificados em dois grupos: o custo de controle da qualidade ambiental que abrange os custos de prevenção e de avaliação, e custos de falta de controle ambiental contendo os custos de falhas internas, custos de falhas externas e custos intangíveis.

Figura 1 - Classificação de custos ambientais



Fonte: Moura (2003, p.85).

Para um melhor entendimento segue conceituação de Custos de Controle da qualidade ambiental e custos de falta de controle ambiental, de acordo com os ensinamentos de Moura (2003),

a) Custos de controle da qualidade ambiental:

Custos de Prevenção: são custos das atividades que visam prevenir, ou evitar, problemas ambientais nos processos industriais. Nesse grupo, estão enquadrados todos os recursos em favor da proteção ambiental.

Custos de Avaliação: são os valores dispendidos para manter os níveis de qualidade ambiental da empresa, através de trabalhos de laboratórios e avaliações formais do sistema de gestão ambiental, para garantir um bom desempenho ambiental da empresa. São exemplos de custos de avaliação: custos com inspeções, testes, auditorias da qualidade ambiental e despesas similares.

b) Custos de falta de controle ambiental

Custos de Falhas Internas: são os custos decorrentes da falta de controle. Resultam de ações internas na empresa, tais como: recuperação de áreas internas degradadas, desperdícios de material, de energia, de água, tempos de máquinas paradas, como resultado de problemas ambientais causados por não conformidades ambientais e multas por falhas internas ao uso de tecnologias defasadas e poluentes.

Custos de Falhas externas: compreendem os custos de resultantes de uma gestão inadequada. São os custos decorrentes de queixas ambientais de consumidores: correção, recuperação de áreas externas degradadas pela atividade da empresa, pagamento de multas aplicadas por órgãos ambientais de controle indenizações decorrentes de ações legais resultantes de disposição inadequada de resíduos, acidentes no transporte de produtos tóxicos, inflamáveis, corrosivos; prejuízos decorrentes de suspensão de vendas e fabricação de produtos.

Custos Intangíveis: são aqueles, que apesar claramente existentes, são de difícil quantificação. São identificados pela associação de um resultado a uma medida de prevenção adotada. Como exemplos, tem-se: perda de valor das ações da empresa, como resultado de desempenho ambiental insatisfatório, baixa produtividade dos empregados em função de um ambiente poluído, contaminado ou inseguro, dificuldades e aumento de tempo; custos na obtenção de licenciamento ambiental como resultado de multas e problemas anteriormente constatados.

Para que as empresas tomem decisões importantes e precisas é importante que todos os custos relevantes e significativos sejam identificados, medidos e

controlados, mesmo que cada organização os classifique de forma que atenda às necessidades operacionais.

2.4.5 Receita ambiental

Quando se trata de receita, se refere a tudo aquilo que é resultado das atividades da empresa, ou seja, retorno de valores, uma recuperação de investimentos, renda originada por um bem patrimonial, demonstrando a parte positiva nos demonstrativos resultados.

O objetivo principal da receita ambiental diverge um pouco do conceito tradicional de receita contábil, pois o objetivo de gestão ambiental é desenvolver políticas saudáveis para reduzir problemas ambientais, enquanto o objetivo da tradicional é gerar aumento no Patrimônio Líquido da empresa, através da venda de mercadorias, de produtos ou prestação de serviços.

Como descreve Tinoco e Kaemer (2004, p.187-188), “a receita ambiental decorre de prestação de serviço especializado em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos ou de reciclados, aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de energia e água”.

Por tanto o objetivo das receitas ambientais não é gerar lucro, e sim ter um controle responsável de produção. Porém, a partir da implantação de sistemas que valorizam o meio ambiente, a geração de receitas ocorre de forma natural, pois, com um produto de melhor qualidade, os consumidores compram mais, aumentando a demanda e, por consequência, o lucro. Um exemplo a citar é o aproveitamento de produtos e embalagens para vender, como reciclados.

Segundo *International Accounting Standards Board* –IASB (apud IUDÍCIBUS; MARION, 2000, p.173) a receita pode ser definida como: “[...] o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redundam num acréscimo do patrimônio líquido, não o relacionado a ajustes de capital [...]”

O objetivo primeiro da gestão ambiental não é criar receita, mas desenvolver uma política responsável sobre os problemas ambientais, mas a empresa pode tirar proveito desse processo. De acordo com Carvalho (2012) as receitas também podem ser auferidas a partir da venda de subprodutos e materiais de reciclagem,

ambas serão fontes geradoras de recurso podendo ser comercializados ou utilizados no processo de produção da entidade onde se utiliza restos que seriam descartados

As receitas classificadas como ambientais, surgem de duas vertentes, ambas ligadas ao segmento ambiental. Na primeira está a prestação de serviços voltados à preservação, e conservação da biodiversidade. Na segunda vertente as receitas ambientais são frutos da prestação de serviços, mas ligados à área de redução de impactos, limpeza do meio ambiente, as tais são chamadas receitas pró- meio ambiente (FERREIRA, 2011).

2.4.6 Evidenciação contábil

A evidenciação, para a contabilidade, é um requisito essencial para a plena realização de seu objetivo principal: fornecer informações para a tomada de decisões. Por meio desta, a contabilidade procura traduzir, em seu trabalho final, o máximo de transparência, de compreensão e legibilidade dos dados coletados, a fim de obter um processo de interação eficaz entre usuários e o sistema contábil.

A relevância do problema está relacionada com os benefícios que serão propiciados a distintos segmentos da Sociedade com a melhoria do processo de comunicação das informações contábeis, sendo fundamental para a vida saudável das Empresas e a segurança e estabilidade dos indivíduos (MAMEDE, 1999, p.17).

Para atingir seus objetivos os relatórios contábeis devem ser apresentados de tal forma que o maior número possível de pessoas possa compreendê-los e utilizá-los para tomar suas decisões, para atingir este objetivo devem atender características qualitativas apresentadas pelo *Financial Accounting Standard Boards* – FASB, sendo elas a compreensibilidade, benefício e custo, relevância, confiabilidade, comparabilidade e materialidade.

Compreensibilidade: Essa característica é específica àquele que irá processar as informações publicadas, haja vista que a transmissão de dados deve ser nivelada ao nível de compreensão do usuário. Se fazendo imperioso o conhecimento prévio do nível de conhecimento.

Benefício e custo: As informações contábeis devem acomodar benefícios superiores aos custos lançados para obter estas.

Relevância: Considera se informação como relevante quando ela tem o condão de influenciar nas decisões. Essas informações devem ser abarcadas por três características: valor preditivo, valor como *feedback* e oportunidade. Aquela primeira se refere a capacidade da informação de prover o gestor de perspectivas de resultados futuros a partir do uso de informações concebidas por fatos pretéritos ou futuros. Na segunda característica tem a capacidade de monitorar para oportunizar a realização de acertos. Na última, trata se de a informação está em poder dos gestores de forma tempestiva, sem que perca a capacidade de influenciar nas decisões.

Confiabilidade: Esta característica está entrelaçada em três aspectos: fidelidade da representação, verificabilidade e neutralidade. O primeiro significa que as informações passadas devem repassar os fatos de forma fidedigna. Na verificabilidade, é a isenção opinativa, devendo ser pautada na integridade e confiança.

Comparabilidade: Nesta característica é observado a possibilidade de usar as informações prestadas e apontar semelhanças e divergências entre dois conjuntos, sendo necessário que seja uniforme os procedimentos contábeis das comparadas, permitido comparação intraempresarial, mesma empresa, porém em tempos diferentes, e interempresarial, avaliação entre empresas de ramos iguais e diferentes.

Materialidade: São consideradas informações materiais aquelas que, efetivamente tem o condão de influenciar no procedimento para tomada de decisões.

Nos ensinamentos de Hendriksen e Breda (1999), a divulgação representa a veiculação de informação financeira de uma empresa, sendo geralmente publicado em relatórios anuais, mas em contrapartida Braga leciona que não é satisfatório apenas o relatório, fazendo necessárias também informações qualitativas e quantitativas, podendo ser monetárias e não monetárias.

O baixo grau de utilização de seus relatórios por pessoas, que, certamente necessitam conhecer a situação das entidades é um forte indício de que a Contabilidade não atinge suas finalidades.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBRACON) normatizaram a evidenciação das informações ambientais.

A Resolução CFC Nº 1.003/04 aprovou a NBC T 15, instituindo Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual entrou em vigor no ano de 2006.

Essa resolução estabeleceu procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade, instituindo que a Demonstração de Natureza Social e Ambiental deve ser efetuada como informação complementar e apresentada com as informações do exercício atual e do anterior para efeito de comparação (LIMA et al., 2012, p.5).

As informações de natureza ambiental que devem ser divulgadas pelas empresas são: geração e distribuição de riquezas; recursos humanos; interação da entidade com o ambiente externo; interação com a meio ambiente.

O IBRACON aprovou a Norma de Procedimento de Auditoria nº 11 - NPA 11 no ano de 1996 estabelecendo as relações entre a Contabilidade e o Meio Ambiente, tendo em vista os esforços em favor da defesa e proteção a vida e a natureza.

2.4.7 Balanço Social

Diversas são as definições para Balanço Social, porém, todas convergem para o mesmo ponto, ou seja, que ele é um conjunto de informações e de indicadores econômicos, sociais e ambientais, que evidenciam as ações junto às três grandes realidades das entidades: a humana, a econômica e a social.

Como essas realidades variam de entidade para entidade, cada uma deve procurar escolher aos seus indicadores, evidenciando as metas atingidas no campo social e ambiental.

O Balanço Social é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das empresas. Essa visão faz parte de um processo que busca a transparência junto ao público em geral do que a empresa está fazendo, interna e externamente, nas áreas social, econômica e ambiental.

O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua (IUDÍCIBUS; MARTINS, GELBECK, 2000, p. 31).

As informações sociais se destinam aos investidores, fornecedores, financiadores, consumidores, empregados, o estado que fazem parte da sociedade com quem as empresas têm compromisso social.

Na sociedade existe uma preocupação crescente de se analisar a empresa como uma instituição social e não somente como uma instituição econômica. Isto porque a sociedade vem premiando aquelas empresas que tomam iniciativas de desenvolver atividades sociais relacionadas com seus empregados e com a sociedade e de participar do processo de preservação do meio ambiente onde ela está inserida (DE LUCA, 1998, p.18)

O Balanço Social é um precioso instrumento de auto avaliação da empresa. Trata-se de levar em conta o social como uma estratégia de sobrevivência. O balanço social é diferente do balanço patrimonial pois esse apoia-se na economia e finanças e o primeiro visa a área humana já que a sociedade é formada por gente.

No Brasil, a elaboração do Balanço Social surgiu na década de 70, mas somente nos anos 80 que algumas empresas passaram a adotá-lo. O CFC para normatizar os procedimentos de evidenciação das informações de natureza social e ambiental, criou através da resolução nr. 1.003 de 19.08.2004 a NBC T 15, publicada no DOU 06/09/2004, porém somente em 01 de janeiro de 2006 que entrou em vigor, com a finalidade de demonstrar a toda sociedade a participação e responsabilidade social da empresa não ficando restrita somente para as grandes empresas, ou seja, as medias e pequenas empresas podem gerar o relatório do Balanço Social.

Independente da sua formatação e estrutura, o Balanço Social deve ter por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio ambiente em que está inserida, ressaltando-se os aspectos de recursos humanos, ambientais, contribuição para desenvolvimento econômico e social, e contribuições para a cidadania, mostrando, de forma transparente as suas contribuições para com a sociedade (PINTO; RIBEIRO, 2008).

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p.88): “O balanço social contempla, também, uma série de informações de caráter qualitativo: dentre as mais importantes, destacam-se as relativas à ecologia”. As principais informações que ele deve conter são: qualidade de vida na organização e políticas visando a promoção humana; postura da empresa em relação ao meio ambiente; formação e distribuição

da riqueza gerada pela empresa; políticas externas voltadas à educação, esporte, filantropia etc.

No Brasil as empresas costumam adotar três modelos de Balanço Social propostos pelo: Instituto ETHOS, IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), GRI (*Global Reporting Initiative* ou, no português, Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios).

Segundo Amaral (2006) o modelo IBASE possui quatro modelos que se adequam aos segmentos específicos de cada empresa, são eles: modelo para Instituições de ensino; fundações e organizações sociais, modelo para as cooperativas; modelo para Micro e Pequenas Empresas e modelo para os demais tipos de empresa. Para o modelo ETHOS apresenta uma Guia de Elaboração do Balanço Social dividido em quatro tópicos: apresentação; empresa; atividade empresarial; e anexos, incorporando os modelos do Balanço Social do IBASE. Por último o modelo GRI constituído de indicadores com a finalidade de expor: visão e estratégia; perfil da organização e relatório; estrutura de Governança; compromisso com os públicos de interesse; indicadores econômicos; indicadores ambientais e sociais (AMARAL, 2006).

Para que houvesse um maior número de corporações o IBASE, fez parcerias com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com vários setores da sociedade, que desenvolveu um modelo (anexo), Tinoco (2010, p.220) afirma que “[...] tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgar seu balanço social, independentemente do tamanho e setor”.

Poucas organizações têm preocupações de âmbito social, apenas algumas prestam conta de suas ações para com a sociedade talvez por desconhecerem o Balanço Social ou por ignorarem a Responsabilidade Social que a possuem.

2.5 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

O ensino da contabilidade no Brasil teve início com a chegada da família real em 1808, no Rio de Janeiro; em 1846 foi criada a Escola Central de Comércio; em 1865 inaugurou-se o Instituto Comercial do Rio de Janeiro e em 1902 foi fundada a Escola Prática de Comércio em São Paulo, a partir de 1907, denominada Escola de Comércio Álvares Penteado (OLIVEIRA, 2010 p. 20).

O decreto federal nº 1339 de 1905 declara instituição de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caráter oficial; e dá outras providências.

Em 1931 o decreto nº 20.158, de 30 de junho organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Instituiu-se o Curso Geral de Contabilidade, com duração de três anos e formava o perito-contador e o guarda-livros trabalhadores na Fazenda.

Em 22 de setembro de 1945, por meio do decreto lei nº 7.988, é criado o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais e, em 20 de dezembro desse mesmo ano, pelo decreto lei nº 8.191, fica estabelecido que as categorias de guarda-livros, atuários, contadores, perito-contadores e bacharéis seriam agrupados em apenas duas, ou seja: Técnico de Contabilidade para os profissionais de nível médio e Bacharel para os de nível superior. Com a Lei 1401 de 31 de julho de 1951 houve a separação do curso de ciências contábeis e o curso de atuariais. (OLIVEIRA, 2010).

A Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação, com a finalidade de elaborar os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores destinados à formação de profissões regulamentadas por lei.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis, definidas pelo parecer CNE/CES 0289/2003 publicado no DOU em 12 de fevereiro de 2004.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico[...]

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II – Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo domínio das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e

não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III – Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade (BRASIL, 2004).

De acordo com as exigências das empresas em relação à gestão dos negócios públicos e privados bem como as constantes alterações na legislação o profissional contador deve ter habilidades e competências para suprir as necessidades e exigências do mercado.

Dados do Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - MEC/INEP (2013) registram a existência de 1.168 cursos de Ciências Contábeis, presenciais, em todo o Brasil, considerando a soma do número de cursos das Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Escolas e Institutos, Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia.

O aumento do número dos cursos presenciais de 2001 a 2013 pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do número de cursos presenciais de ciências contábeis no Brasil no período de 2001 a 2013.

ANO	Nº CURSOS
2001	563
2002	627
2003	683
2004	754
2005	808
2006	879
2007	922
2008	984
2009	1.026
2010	1.052
2011	1.074
2012	1.129
2013	1.168

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DAES (2015)

Segundo o CFC atualmente tem-se 313.717 alunos matriculados nos cursos de Ciências Contábeis, e 322.489 contadores registrados e ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade. O número de instituições de ensino superior que

oferecem o curso de ciências contábeis está diretamente relacionado com a demanda do curso que é o quarto maior curso em número de estudantes do país (Censo da educação, INEP, 2015).

Outra ação promovida pelo governo brasileiro para expandir o número de vagas e ampliar a oportunidade de acesso ao Sistema de Educação Superior (SES) foi a autorização de cursos na modalidade de educação à distância (EAD). Um exemplo dessa ação política foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005. A UAB surgiu para ser um sistema integrado por instituições públicas de ensino superior com objetivo de oferecer cursos superiores na modalidade à distância.

Tabela 2- Evolução do número de cursos de graduação e da área de Ciências Contábeis nas modalidades de presencial e a distância, no Brasil de 1995-2012.

	Brasil			Ciências Contábeis						
	Presencial	A Distância	Total	Presencial			A Distância			Total
				Pública	Particular	Total	Pública	Particular	Total	
1995	6.252		6.252	105	247	352				352
1996	6.644		6.644	111	273	384				384
1997	6.132		6.132	112	275	387				387
1998	6.950		6.950	114	293	407				407
1999	8.878		8.878	100	359	459				459
2000	10.585	10	10.595	116	394	510				510
2001	12.155	14	12.169	117	461	578				578
2002	14.399	46	14.445	125	516	641				641
2003	16.453	52	16.505	136	565	701				701
2004	18.644	107	18.751	139	624	763				763
2005	20.407	189	20.596	138	678	816	1	1	2	818
2006	22.101	349	22.450	141	745	886	2	9	11	897
2007	23.488	408	23.896	144	779	923	2	15	17	940
2008	24.719	647	25.366	146	839	985	4	18	22	1.007
2009	27.827	844	28.671	150	878	1.028	3	21	24	1.052
2010	28.577	930	29.507	158	894	1.052	3	25	28	1.080
2011	29.376	1.044	30.420	167	907	1.074	3	27	30	1.104
2012	30.718	1.148	31.866	187	942	1.129	5	30	35	1.164

Fonte: Rodrigues; Santos; Santana. Congresso (2014, p.5).

A partir de 2005 iniciou-se o ensino na modalidade EAD no curso de Ciências Contábeis. De acordo com a Tabela 2 nota-se que em oito anos houve um aumento substancial no número de ofertas do curso principalmente por parte das instituições particulares. Mas, no período analisado, é na modalidade presencial que o aumento no número de cursos de Ciências Contábeis ocorreu tradicionalmente. Todavia, observa-se uma tendência de diminuição na representatividade dos cursos na

modalidade presencial, visto que a proporção de cursos credenciados na área Ciências Contábeis reduziu de 97% em 2010 para 81% em 2012.

No estado da Bahia conforme informação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia tem 47 cursos de graduação em Ciências Contábeis. Na região do extremo sul da Bahia, na cidade de Teixeira de Freitas, dois cursos de ciências contábeis são ofertados, um na modalidade presencial e outro na modalidade EAD.

Neste sentido, o crescimento quantitativo de cursos de Ciências Contábeis, no Brasil, amplia a possibilidade de oferta da Disciplina Contabilidade Ambiental nas IES e, conseqüentemente, o interesse por esta temática nos futuros profissionais contábeis.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental a abordagem sobre o tema deve ser sistêmica, inter, multi e transdisciplinar de forma contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares, em projetos e atividades inseridos na vida acadêmica.

Na área de ciências contábeis essa formação deve ser oferecida como um projeto transversal abrangendo abordagens nas disciplinas pertinentes em todos os períodos do curso e especificamente com a oferta da disciplina de contabilidade ambiental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais introduziram os temas transversais, entre eles o meio ambiente, que, tomando a cidadania como eixo básico vão tratar de questões que ultrapassam as áreas convencionais, mas permeiam a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas dessas áreas. Essa transversalidade supõe uma transdisciplinaridade, o que vai permitir tratar uma única questão a partir de uma perspectiva plural (MORIN, 2001).

A ideia de transversalidade ajuda a romper com a disciplinarização dos conteúdos. Transversalidade nada mais é do que temáticas que atravessam e perpassam os diferentes campos do conhecimento. Porém, para atender a esta demanda social, não trata-se de qualquer temática, mas “àquelas relacionadas à conceitos ético-político-sociais, atrelados para melhoria da sociedade e da humanidade” (Araújo, 2010 p. 15).

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A proposta de abordagem metodológica caracterizou-se como bibliográfica, documental exploratória, e quanto aos procedimentos como *survey*, tendo em vista, a busca de ideias e dados sobre o fenômeno estudado.

Após o levantamento bibliográfico sobre os temas descritos no referencial teórico, realizou-se uma análise documental das propostas pedagógicas dos cursos, objetos desse estudo. Segundo Gil (2008) a pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa de campo, sendo utilizado como instrumento o questionário com perguntas abertas e fechadas. Antes da aplicação do questionário foi feito um contato prévio com as instituições de ensino, com o intuito de apresentar o projeto de pesquisa.

O questionário foi dividido em duas partes sendo que a primeira, coleta informações sobre o sujeito pesquisado e a segunda sobre educação ambiental e a disciplina contabilidade ambiental, conforme modelo no Apêndice A e B.

Participaram da pesquisa 15 (quinze) professores sendo 13 (treze) da FASB e 02 (dois) da UNOPAR. Os professores da UNOPAR são tutores presenciais já que a oferta do curso é EAD e as aulas são ministradas por professores em Londrina/PR e transmitidas via satélite; o tutor intermedia essa transmissão via chat e coordena a realização de atividades. A aplicação do questionário foi feita por meio de correio eletrônico e entrevistas agendadas.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

As duas instituições que estão em estudo são localizadas no município de Teixeira de Freitas, Bahia, localizado no extremo sul do estado, distante 809 km da capital. Sua população estimada em 2016 era de 159 813 habitantes, sendo a maior

cidade da sua microrregião e a décima do estado. O município possui área territorial de 1 165,6 km², elevação de 109 m e temperatura média anual de 24,3 °C. (IBGE, 2012).

Figura 02 - Mapa de localização da cidade de Teixeira de Freitas/BA.



Fonte: GoogleMaps, Teixeira de Freitas/BA, 2016.

A cidade foi fundada no ano de 1985, desmembrando-se dos municípios de Alcobaça e Caravelas. Embora seja mais nova que os municípios vizinhos, Teixeira de Freitas consolidou-se como a principal cidade da região. A população do município se expande a uma taxa 2,4 vezes maior que a Bahia e 1,6, maior que o Brasil, tendo aumentado 87% do seu número de habitantes nos últimos 25 anos. (IBGE, 2012).

No ano de 2015, o município contava com 50 instituições pré-escolares, 76 do ensino fundamental e 12 do ensino médio. Ao total são 30 131 matrículas, com efetivo de 194 docentes na pré-escola, 930 no ensino fundamental e 337 no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre as escolas públicas de Teixeira de Freitas era, no ano de 2013, de 4,4 nos anos iniciais e 3,5 nos anos finais. O município estava na 68^o posição entre os 417 municípios da Bahia, quando avaliados os alunos dos anos iniciais e na 86^o posição quando avaliado o IDEB dos anos finais. Ao nível nacional, Teixeira de Freitas estava na 3 618^o posição entre os 5 565 municípios, quando avaliados os anos iniciais e na 3 779^o quando avaliados os anos finais (IDH-M, 2010).

Teixeira de Freitas é referência na educação regional, oferecendo cursos de ensino técnico e superior para a população local e de cidades próximas. O município

teve sua renovação de reconhecimento de acordo com a Portaria nº 704 de 18 de dezembro de 2013.

Oferece 200 vagas anuais em regime seriado semestral, presencial. O curso é noturno, com duração mínima de oito semestres (quatro anos) e máxima de doze semestres (seis anos), com carga horária total de 3.000 horas.

O objetivo geral do curso, segundo o projeto político do curso – PPC:

Formar profissionais capazes de atender aos usuários da contabilidade, em especial o administrador, através do domínio dos conhecimentos conceituais teóricos e práticos que norteiam as Ciências Contábeis, conscientizando-os, simultaneamente, de sua responsabilidade ética e social que se revela na importância do seu desempenho profissional para a melhoria das instituições e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da sociedade (PCC, 2013, p. 28).

Dessa forma, para atingir o objetivo supracitado a estrutura curricular foi distribuída em três grupos formadores:

- Formação Básica e Instrumental;
- Formação Profissional;
- Formação Teórico-prática.

Espera-se que o egresso seja um profissional que revele sua responsabilidade social e cuja atuação técnica e instrumental esteja articulada com outros ramos do saber, e, portanto, com outros profissionais, evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinar, comprometido ética e politicamente com atividades das áreas contábeis, e habilitado a atender aos usuários da Contabilidade (FASB, 2013).

As disciplinas de formação básica fornecem conteúdos relacionados com as áreas da Administração, Economia, Direito, Matemática, Estatística e outras ligadas às ciências humanas.

As disciplinas de formação profissional (específicas) apresentam estudos pertinentes às Teorias da Contabilidade e suas relações com a Atuaria, a Auditoria, a Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado.

As disciplinas de formação teórico-práticas fundamentam o conhecimento adquirido nas demais, colocando o profissional em contato com a realidade local e suas demandas (PPC, 2013).

3.1.1.1 Matriz Curricular- parcial

No Quadro 2 demonstra as disciplinas ofertadas no VII Período do Curso de Ciências Contábeis da FASB, onde está inserida a disciplina de Contabilidade Social, que contempla conteúdo da Contabilidade Ambiental e Balanço Social conforme ementário da disciplina a baixo.

Quadro 1- 7º Período da matriz curricular do curso de ciências contábeis da FASB

7º Período					
Disciplinas/Área de Estudos		Módulo Aula	Aulas Semanais	Carga Horária	Créditos
CIC 7001	Controladoria	60	4	72	72
CIC 7002	Auditoria	60	4	72	72
CIC 7003	Administração Financeira	60	4	72	72
CIC 7004	Contabilidade Social (SP)*	60	4	72	72
CIC 7005	Trabalho Conclusão de Curso I (TCCI)	60	2	36	36
CIC 7006	Estágio Supervisionado I	60	8	150	150
Total Semestre				474	474

Quadro 2- 7º Período da matriz curricular do curso de ciências contábeis da FASB

Fonte: Projeto Político de Curso (2013, p.36-37).

Na estrutura curricular da FASB não apresenta o nome da disciplina Contabilidade Ambiental, mas o conteúdo de ambiental está inserido na disciplina de Contabilidade Social, conforme segue ementário da disciplina.

Nome da Disciplina	CONTABILIDADE SOCIAL VII Semestre Carga Horária Semanal 02h – Carga Horária Semestral 36h
Ementa	

São objetivos do curso formar profissionais capazes de compreender as questões científicas, técnicas, sociais e financeiras em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; Apresentar domínio das responsabilidades funcionais, no que se refere a apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuarias e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a utilização de inovações tecnológicas e sistemas de informação necessários (UNOPAR, 2013).

O desenvolvimento do curso envolve o período mínimo de oito semestres. A estrutura do curso de graduação em ciências contábeis apoia-se no sistema de ensino presencial conectado, com recursos multimidiáticos, pelos quais se promove a interação, comunicação, troca de ideias e experiências entre os sujeitos envolvidos tendo como foco a sua formação.

Os oito semestres de duração do curso são organizados: presença semanal do aluno na tele aulas e aulas/atividades; web aulas e atividades web que são realizadas conforme programação agendada; atividades de auto estudo; 160hs estágio curricular obrigatório; 110hs atividades complementares obrigatórias.

3.1.2.1 Tutoria na educação

Os tutores são mediadores do processo de aprendizagem dos alunos e são fundamentais para criar situações que favoreçam à construção do conhecimento.

Na EaD, há uma distinção entre professor e tutor. Em especial no modelo adotado pelo sistema UAB (Universidade aberta do Brasil), e utilizado por diversas instituições brasileiras, temos que: o professor produz o material instrucional e as atividades da disciplina e gerencia sua execução; e o tutor atua diretamente com os alunos, ainda que a distância, sanando suas dúvidas, avaliando-os, tentando identificar suas dificuldades e mediando o processo de aprendizagem.

A tutoria a distância atua a partir da instituição, mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes.

Moran (2011), cita a modalidade EaD, como um caminho estratégico para realizar mudanças profundas na educação. É uma opção cada vez mais importante para aprender ao longo da vida, para a formação continuada, para a aceleração profissional e conciliar estudo e trabalho.

3.1.2.2 Matriz curricular - Parcial

No Quadro 3 demonstra as disciplinas ofertadas no VI Período do Curso de Ciências Contábeis da UNOPAR, onde está inserida a disciplina de Contabilidade Social e Ambiental, com carga horária de 60 minutos.

Quadro 2 – 6º Período da Matriz Curricular do curso de ciências contábeis da UNOPAR.

6º Semestre	
Disciplina/Área de Estudos	Carga Horária
Contabilidade de áreas diversas	120
Contabilidade Setor Público	120
Contabilidade social e ambiental	60
Seminário VI	60
CARGA HORÁRIA TOTAL	360

Quadro 3 – 6º Período da Matriz Curricular do curso de ciências contábeis da UNOPAR

Fonte: Guia de Percurso do curso de ciências contábeis (2010, p.14-15).

O conteúdo que contempla a contabilidade ambiental é oferecida na UNOPAR pela disciplina com o mesmo nome, conforme demonstrado na matriz e na ementa VI Período.

Nome da Disciplina	CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL VI Semestre
Ementa	

Responsabilidade social. Responsabilidade e legislação ambiental. Empreendedorismo social. Aspectos da contabilidade social e ambiental. Balanço social.

Nas duas instituições é oferecido o conteúdo de Contabilidade Ambiental, sendo que na UNOPAR o nome da disciplina já se encontra evidenciada na estrutura curricular, enquanto na FASB o conteúdo aparece somente no ementário

dificultando a visibilidade da existência da disciplina, devido não estar com a nomenclatura na sua estrutura. Encontra-se em anexo a matriz curricular, na sua totalidade, das instituições.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Na análise das respostas ao instrumento de pesquisa foi aplicada técnicas estatística descritiva, com a utilização de tabelas, gráficos, médias aritméticas simples. O instrumento de pesquisa contemplou na primeira parte uma visão do perfil do respondente. A segunda parte do questionário apresentou três questões sobre educação ambiental e os professores contadores responderam mais duas abordando a disciplina Contabilidade ambiental.

Os participantes da pesquisa foram identificados como: P1, P2, P3...P16, na avaliação de suas respostas.

4.1 PERFIL DOS DOCENTES

A pesquisa buscou identificar o perfil dos 15 professores entrevistados levantando as variáveis: idade, sexo, formação acadêmica, tempo de formado, formação complementar, instituição que trabalha e carga horária em sala de aula, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Perfil dos entrevistados.

Questões	Variáveis	Entrevistados	Percentuais
Idade	20 anos a 29 anos	1	7%
	30 anos a 39 anos	5	33%
	40 anos a 49 anos	4	27%
	50 anos a 59 anos	4	27%
	Acima de 60 anos	1	7%
Total		15	100%
Sexo	Masculino	11	73%
	Feminino	4	27%
Total		15	100%
Instituição em que Trabalha	FASB	13	87%
	UNOPAR	2	13%
Total		15	100%
Carga Horária em Sala de Aula	4	6	40%
	8	4	27%
	12	3	20%
	16	1	7%
	20	1	7%

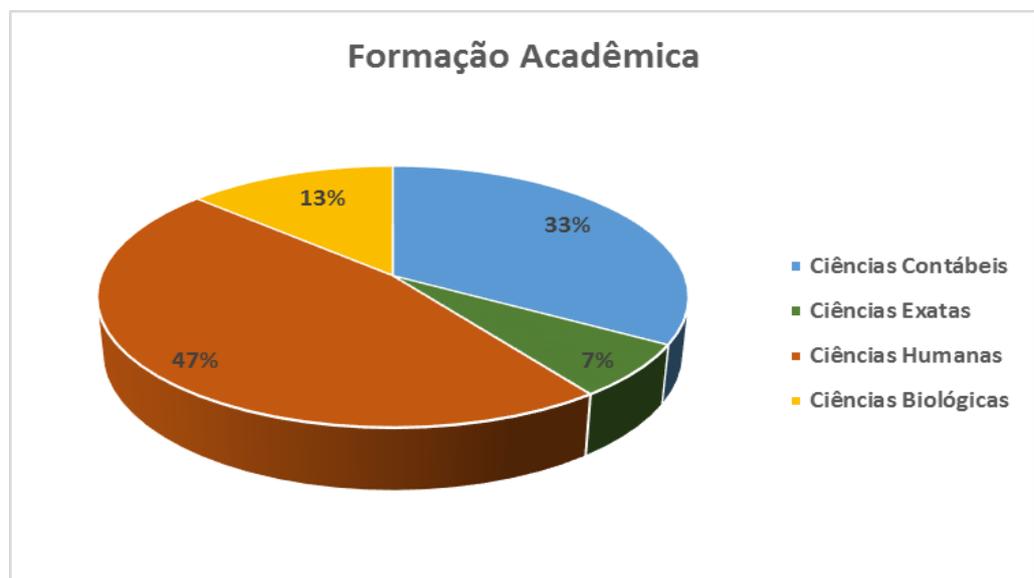
Total		15	100%
Trabalha em outra Escola	Sim	3	20%
	Não	12	80%
Total		15	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa.

De acordo com a tabela 03 pode-se observar que a maior parte dos docentes pesquisados, ou seja, 33% está na faixa etária de 30 a 39 anos, em seguida com base nas informações coletadas e análise do questionário, observou-se que 73% são do sexo masculino e somente 27% são do sexo feminino, sendo grande parte dos docentes do sexo masculino.

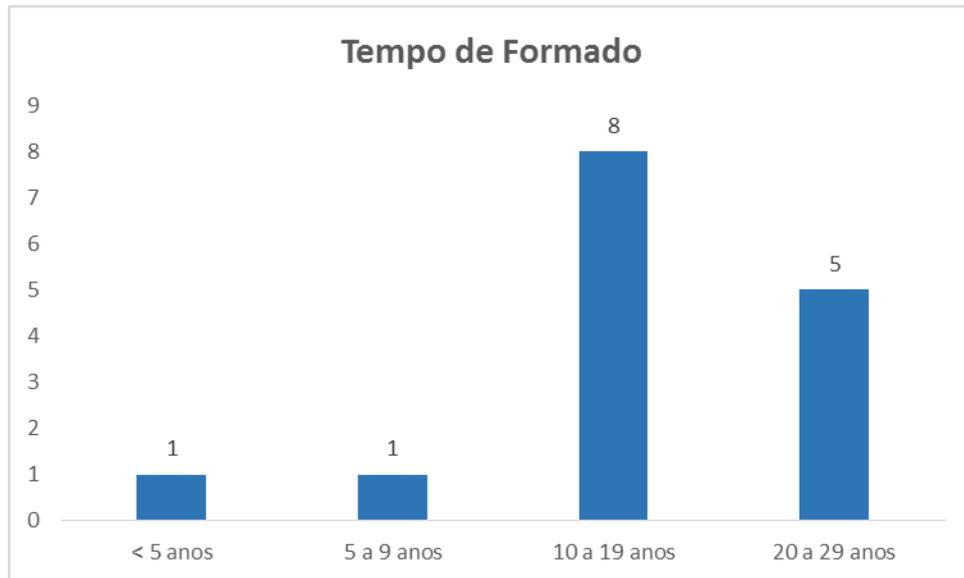
A maioria dos docentes pesquisados trabalha na FASB representando 87% do quadro, enquanto 13% na UNOPAR, uma vez que o papel do tutor é de ser mediador no processor de aprendizagem de todas as disciplinas no curso de Ciências Contábeis.

Gráfico 01 – Formação acadêmica



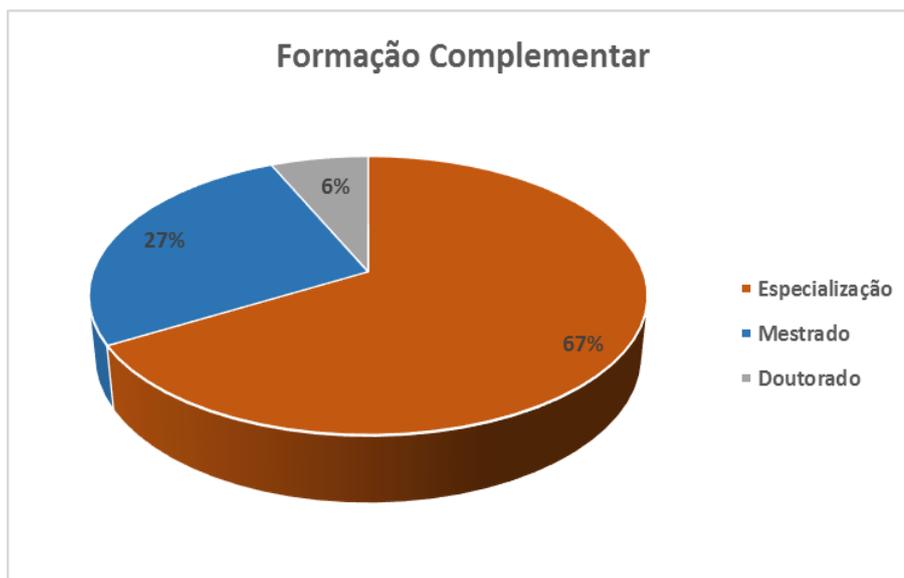
Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa

Referente a formação acadêmica dos entrevistados 33% são bacharéis em ciências contábeis lembrando que é uma ciência que está classificado em ciências humanas e 67% em outras áreas, que compõe as diversidades de disciplinas que montam a matriz curricular do curso.

Gráfico 02 – Tempo de Formado

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa

A maioria dos docentes tem entre 10 a 19 anos de formado, no qual se comprova que a maioria não teve a disciplina de Contabilidade ambiental no seu histórico de Graduação, uma vez que é uma área nova no mundo da contabilidade.

Gráfico 03 – Formação Complementar

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa.

Entre os contadores, 100% tem titulação máxima equivalente ao curso de pós graduação *lato sensu*, no tocante ao colegiado, como um todo 0,7% é doutor (em qualquer área) e 27% mestre (em qualquer área), conforme demonstrado na Tabela 3.

O ensino superior privado é predominante no país, assim sendo não é exigido, para as faculdades a titulação *strictu sensu* para todos os docentes contratados; e o regime de trabalho, na maioria das IES é horista (CNE/CES, 121, 2007).

Em pesquisa apresentada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em 2012, 0,6 % dos profissionais tinham titulação de doutor e 1,6% de mestres. Segundo CFC tornou-se necessário o incentivo a formação acadêmica continuada para educação integral do profissional de contabilidade. Partindo dessa premissa o conselho instituiu o “Programa Excelência na Contabilidade” que tem como objetivo intensificar a realização de cursos *stritu sensu* em contabilidade, participando financeiramente de projetos específicos direcionados a essa finalidade (CFC, 2014).

Os profissionais contadores, além da docência têm outro vínculo empregatício na área específica de atuação profissional. Eles são profissionais autônomos, sócios de firma de contabilidade, funcionários de empresas privadas ou públicas.

4.2 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONTABILIDADE AMBIENTAL

1) De acordo com a Lei 9795 de 27 de abril de 1999 tornou-se obrigatório o ensino da educação ambiental em todos os níveis de ensino. Para você qual a importância dessa exigência?

Quanto à exigência da educação ambiental em todos os níveis de ensino formal e informal, 60% dos professores responderam que a EA é importante porque conscientiza a população quanto à preservação da natureza. Os demais 40% divergiram em suas respostas: formação de cidadania, importância econômica, sustentabilidade do planeta, interação e respeito com a natureza, deve estar presente na transversalidade dos cursos, tema de grande relevância.

O meio ambiente é concebido de maneira diferente pelas diversas pessoas considerando seu contexto histórico, qualquer discussão ou ação na direção da

educação ambiental passa pelas representações do sujeito constituídas por suas vivências e na ótica de seu meio (MOSCOVICI, 2010 p. 23).

Pelas respostas dá para inferir que a educação ambiental está longe de ser entendida amplamente em seu contexto e que é preciso desenvolver práticas no processo formativo dos docentes com relação ao tema.

2) Diante da exigência da Lei 9795/1999, a IES que você trabalha já se preocupou em oferecer ou facilitar curso na área de educação ambiental voltada para os professores?

No ingresso de professores do ensino superior, não é levada em conta, por parte de muitas faculdades, a capacitação técnico-profissional e pedagógica, fundamental para a formação de um corpo docente qualificado. Por outro lado, os docentes não possuem recursos ou não têm interesse em se atualizar participando de congressos, convenções, eventos, cursos de especialização que lhes permitam o aprimoramento e a aquisição de novos conhecimentos.

Nessa questão sobre a disponibilidade de cursos para docentes oferecidos pela IES, 87% responderam que não e 13% responderam sim e exemplificaram:

“Por meio de disciplinas que contemplam o tema, através de ações/eventos com a participação da comunidade” (P6)

“A IES, além de conteúdos específicos alusivos à educação ambiental, aplicados em diversas disciplinas, também tem promovido encontros, fóruns, seminários acerca do tema, além de viabilizar aos seus professores sua participação em eventos externos” (P12).

Para Franco (1997) a IES deve oferecer condições necessárias para a qualificação de seu corpo docente e em contrapartida exigir melhor atuação no exercício do magistério. Ludícibus e Marion (1986, p. 52) argumentam que "são raras as instituições que investem no aperfeiçoamento do seu corpo docente em cursos de pós-graduação, estímulo à pesquisa, cursos de áreas interdisciplinares, participação em congressos..." Os dois professores que responderam sim na pergunta pertencem à mesma IES.

3) Qual sua sugestão para adequar o PPC diante da necessidade de aplicar a educação ambiental transversalmente, independente da disciplina específica de Contabilidade Ambiental.

Nesta questão específica ficou clara o não conhecimento por parte de alguns docentes do que seja PPC. As respostas foram bastantes diversificadas assim 33%

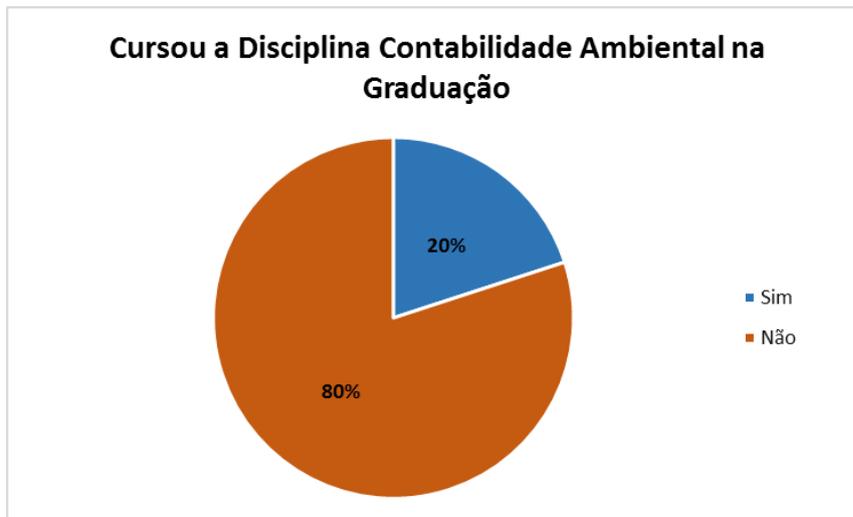
sugeriram a promoção de ações interdisciplinares, 14% propuseram incluir a disciplina contabilidade ambiental em caráter optativo, os demais sugeriram projetos de extensão, debates, seminários, implementação de conteúdos estatísticos, minicursos, trabalho de campo. Não houve uma resposta que realmente contemplasse o questionamento feito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 em seus artigos 12 e 13 respectivamente, estabelece que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica” e que “os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.” Sendo assim, cabe a cada instituição de ensino elaborar o seu projeto pedagógico, envolvendo o corpo docente e se possível toda a comunidade acadêmica.

A construção coletiva do PPC ainda não é uma prática executada em todas as IES, muitas compram seus projetos prontos de assessores técnicos e colocá-los em prática está fora de alcance da comunidade acadêmica. Esse distanciamento entre a proposta técnica do PPC e a eficiência e eficácia das ações na área educacional ocorre pelo desconhecimento por parte da comunidade acadêmica das diretrizes do projeto pedagógico.

A quarta e quinta questão do questionário foram aplicadas somente aos docentes da área específica da contabilidade que formam o universo de cinco pessoas.

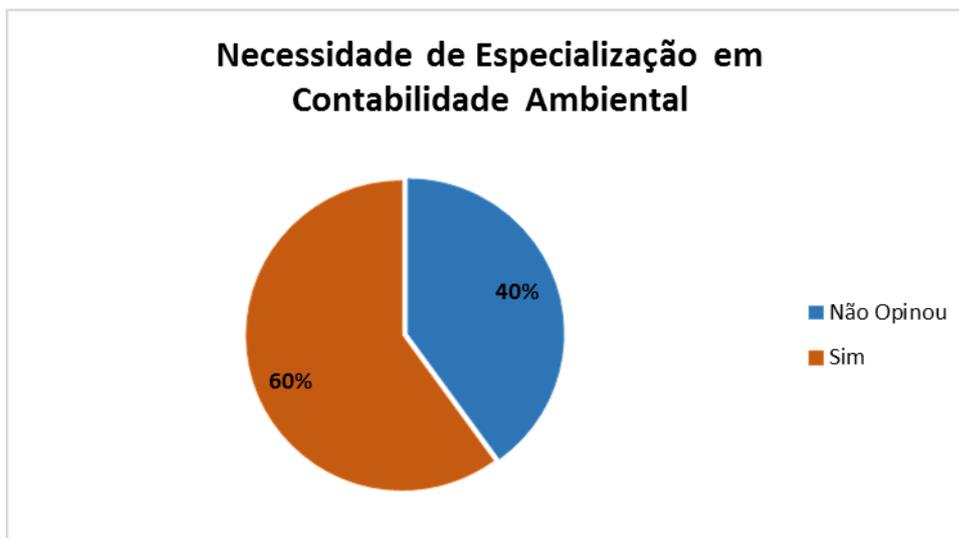
Gráfico 04 - Na sua graduação você teve a disciplina de Contabilidade Ambiental?



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa

Dos cinco respondentes apenas um cursou, durante a graduação, a disciplina Contabilidade Ambiental em caráter obrigatório.

Gráfico 5 - Você acha que a disciplina Contabilidade Ambiental forma profissionais aptos a atuar na área diante da atual exigência de mercado, ou é necessário um curso de especialização para tal?



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa.

Esta pergunta foi respondida por três professores que afirmaram ser necessário uma abordagem mais completa da contabilidade ambiental através de curso de especialização:

“Acredito que seja necessário uma formação complementar” (P3).

“Diante da dimensão do conteúdo da disciplina torna-se necessário um curso de especialização” (P4).

“Creio que para atuar na área é necessário um estudo mais aprofundado, pois a legislação é bastante complexa” (P5).

O desenvolvimento sustentável passou a ser um diferencial na avaliação das empresas, que diante dessa responsabilidade passaram a produzir e a publicar suas ações positivas em relação à sustentabilidade ambiental. O instrumento mais eficaz para mensurar essas ações e o respectivo impacto no patrimônio da empresa são os demonstrativos elaborados pela contabilidade ambiental.

Segundo Gonçalves e Heliodoro (2005, p.82) “(...) é à Contabilidade Ambiental que compete tratar todos os fenômenos que resultam da influencia ambiental da empresa.” Assim sendo a responsabilidade ambiental passou a ser foco de análise e trabalho dos contadores.

A Norma Brasileira de Contabilidade (2009) reza que a contabilidade ambiental não é uma nova contabilidade, mas um conjunto de informações que apresentam as ações da empresa em relação ao ativo ambiental (proteção e recuperação do meio ambiente) e passivo ambiental (obrigações para com terceiros resultantes a impactos sociais causados ao meio ambiente).

Diante dessas prerrogativas a inclusão da disciplina Contabilidade Ambiental torna-se de extrema relevância para a formação do profissional contábil.

Devido o pouco conhecimento dos docentes sobre as especificidades da disciplina Contabilidade Ambiental não foi possível um aprofundamento das respostas com a teoria sobre contas ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho do contador está exigindo cada vez maior domínio de conhecimentos sobre os problemas ambientais, causados por empresas privadas ou públicas, e suas consequências funestas para a coletividade. Esta situação reflete a realidade que os egressos do curso de ciências contábeis irão encontrar no campo profissional. Para tanto devem graduar-se capacitados para o enfrentamento de tal realidade.

O desenvolvimento desse estudo teve como questionamento a eficiência dos cursos de ciências contábeis em Teixeira de Freitas/BA, de acordo com a oferta da disciplina Contabilidade Ambiental.

Concluiu-se que uma das IES não tem em sua matriz curricular a disciplina Contabilidade Ambiental e que seus professores não têm conhecimento da especificidade desse ramo da ciência contábil, nunca fizeram nenhum tipo de curso que contemplasse tal tema, mas a maioria acha de relevância a inserção da disciplina no currículo do curso. A outra IES oferece o curso na modalidade EAD com carga horária de 60 horas com o viés teórico voltado mais para uma visão geral da disciplina, sua ementa trata da legislação ambiental, empreendedorismo social, aspectos da contabilidade social e ambiental.

Quanto a percepção dos professores sobre a necessidade de especialização na área de contabilidade ambiental a maioria foi unânime em afirmar que somente a disponibilização da disciplina na graduação não forma profissionais com a competência exigida pelo novo mercado de trabalho, e que para tal faz-se necessário um curso de especialização específico.

Os professores da FASB e tutores da UNOPAR percebem a importância da contabilidade ambiental para a formação dos futuros profissionais contadores.

Nesse contexto os objetivos da pesquisa foram alcançados, as matrizes curriculares foram analisadas para conhecer a oferta de ensino da Contabilidade Ambiental nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis na Faculdade do Sul da Bahia-FASB e Universidade do Norte do Paraná-UNOPAR sediadas em Teixeira de Freitas e foi descrito a visão dos professores e tutores dos cursos sobre a oferta da disciplina Contabilidade Ambiental e sua aplicabilidade na prática contábil.

Como limitação da pesquisa temos, a oferta do curso em apenas duas IES da cidade de Teixeira de Freitas e o pequeno número de professores contadores que

atuam nestas IES. O fato do desconhecimento acerca da disciplina está relacionada ao tempo de conclusão do curso de graduação dos docentes e nenhum deles optou pela contabilidade ambiental em seus cursos “*lato sensu*.”

No Brasil, a dificuldade dos docentes para cursarem o Mestrado e o Doutorado em Contabilidade, é devido ao número limitado de cursos, além do que os contadores docentes precisariam conciliar suas atividades profissionais com os requisitos dos cursos de pós-graduação existentes.

Como sugestão para aprofundamento do tema seria de uma pesquisa ampla com instituições de ensino, empresas, profissionais contadores sobre a realidade do mercado de trabalho na área de contabilidade ambiental.

Outra sugestão para o estudo seria utilizar os resultados dessa pesquisa para melhorar a questão da inserção do ensino da educação ambiental nas ementas das diversas disciplinas de forma transversal e inserir a disciplina de Contabilidade Ambiental na matriz curricular das instituições estudadas com uma carga horária maior, oferecendo mais conteúdo para os futuros bacharéis de contabilidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wilson Rodrigues do. **Balço Social: Demonstração contábil ou marketing corporativo? Um estudo exploratório sobre a percepção da Empresas do Estado de São Paulo.** São Paulo, 2006. 222 folhas. Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP – Mestrado em Ciências Contábeis. Disponível em: http://tede.fecap.br:8080/jspui/bitstream/tede/420/1/Wilson_Rodrigues_do_Amaral.pdf Acesso em 16 Out 2017.

ANTONOVZ, Tatiane. **Contabilidade ambiental.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

ARAUJO, Ulisses. **Ética, Valores e Saúde na Escola.** II Módulo (apostila). São Paulo:USP/UNIVESP, 2010.

BAIRD, C. **Química Ambiental.** 2 ed. Maria Angeles Lobo Recio. Porto Alegre: Bookmann, 2002.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2004.

BERNARDES, Júlia Adão. **A questão ambiental .** 2ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

BERGAMINI JR., Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES,** Rio de Janeiro, no. 11, 1999.

BRAGA, Célia (Org.). **Contabilidade ambiental: Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade.** São Paulo: Altas, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Org. de Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1991.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 26 abr. 1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em 15 fev.2016.

_____. **Decreto nº 1339 , de 9 de janeiro de 1905.** declara instituição de utilidade publica a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caráter oficial; e dá outras providencias. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-norma-pl.html>. Acesso em: 22 de agosto 2016.

_____. **Lei nº 6.938 /1981.** Dispõem sobre a política nacional do meios ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasília: DOU, 02/09/1981.

_____. **Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em :

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-norma-pe.html>. Disponível em 07 de setembro de 2016.

_____. **Decreto nº 7988 de 22 de setembro de 1945**. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

_____. **Lei nº1401 de 31 de julho de 1951**. Desdobra o curso de de ciências contábeis e atuariais. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 07 de setembro de 2016

_____. **Lei nº 9.975 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Diário Oficial da União 28 de abril de 1999. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>> Acesso em 27 mai 2016

_____. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024>. Acesso em 05 set 2016.

_____. **Parecer 0289 de 06 de novembro de 2004**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais do Curso de Ciências Contábeis. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0289.pdf>> Acesso em 24 set 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Manual de Educação para o Consumo Sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, p.43-51, abr-jun, 2001.

CARVALHO, G. M. de B. **Contabilidade ambiental - Teoria e Prática**. Curitiba: Juruá, 2012.

CARVALHO, N. L.; MATOS, E. R. J.; MORAES, R. O. **Contabilidade Ambiental. Pensar contábil**. Rio de Janeiro, ano III, n. 8, mai/jul, 2000.

CASTRO JUNIOR; Orlando V. **Custos e Despesas ambientais na atividade industrial: Uma proposta de classificação para fins gerenciais**. Universidade Federal do Ceará, 2008.

CHILDE, V. G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CONAMA. **RESOLUÇÃO nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Brasília: DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção1.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE . Audiência Pública da minuta da norma ITG 2004 – **Interação da Entidade com o Meio Ambiente**. Disponível em ap.nbc@cfc.org.br, Acesso em junho 2016.

_____. **Resolução 1003/2004 NBC T 15:** interação da entidade com o meio ambiente. Brasília, 2004. Disponível em :[http:// www.crc.org. br/ noticias/nbc.pdf](http://www.crc.org.br/noticias/nbc.pdf). Acesso em 20 de setembro de 2016.

_____. **Pesquisa perfil do profissional de contabilidade.** Brasília: CFC, 2014.
DE LUCA, M. M. M.de. **Demonstração do Valor Adicionado:** do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo; Atlas, 1998.

DIAS, B. de C. **Do pós guerra aos 70:** o nascimento do ambiente ambientalista. Disponível em <https://eacritica.wordpress.com/2011/08/24/do-pos-guerra-aos-70-o-nascimento-do-movimento-ambientalista/> Acesso em agosto/2016.

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. ed.9ª rev. amp. São Paulo: Gaia, 2010.

DIAS, Reinaldo; **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2008. 196p

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks.** Canada: New Society, 1999.

ELKINGTON, J. ZEITZ, J. **O Desafio de ruptura:** 10 maneiras de conectar os lucros de hoje com Bottom Line de amanhã.EUA: Wiley, 2014.

FACULDADE DO SUL DA BAHIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciência Contábeis.** Teixeira de Freitas: FASB, 2013.

FERREIRA, A. C. S. **Uma contribuição para gestão econômica do meio ambiente:** enfoque de sistema de informação. Dissertação de mestrado de contabilidade e controladoria. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. **Contabilidade ambiental** - Uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, Hilário. Educação Contábil no Brasil: Problemas e soluções possíveis. **Boletim do IBRACON.** São Paulo, ano XX, n.233, out.1997, p.4-15.

FREITAS, C. M.; SOARES, M.; PORTO, M. F. S. Subsídios para um programa na Fiocruz sobre saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. In.: **1º Seminário Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento**, 1998. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

GAZETA DO POVO. Com compra da Unopar, Kroton se consolida no ramo educacional mundial. **Gazeta do Povo.** Caderno Economia. Curitiba/PR, 16/12/2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, S. M. da S.; GARCIA, C. O. et al. **Controladoria ambiental:** Gestão social análise e controle. São Paulo: Atlas , 2013.

GONÇALVES, S. S.; HELIODORO, P. A. A contabilidade ambiental como um novo paradigma. **Revista Universo Contábil**. Blumenau v.1, n.3, p.81-93.

GUIMARÃES, M. **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

HERCKERT, Werno. **Patrimônio e o Entorno Meio Ambiental Natural**.2003 Disponível em: <www.gestaoambiental.com.br/articles.php> Acesso em: jun 2016.

HENDRINKSEN, Edson S; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS CONTADORES - IBRACON –. São Paulo, set. 1995. **Norma de Procedimento de Auditoria NPA 11 - NBR isso 14010**. Disponível em: <http://www.facape.br/socrates/Trabalhos/Auditoria%20Ambiental.htm>> Acesso em: 27 Out 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES - IBRACON. **Normas e Procedimentos de Auditoria- NPA nº 11**: estabelece liames entre e o meio ambiente. Balanço e ecologia. São Paulo, 1996.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1993.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBECK, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – FIPECAFI**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **As faculdades de ciências contábeis e a formação do contador**. Revista Brasileira de Contabilidade. Rio de Janeiro. N.56, p.50-56,1986.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

KRAEMER, M. E. P. **A norma brasileira de contabilidade técnica n.15 como sistema de informação ambiental e social**. In: Fórum ambiental da Alta Paulista, 2.,2006,São Paulo: Anap, 2006.

LIMA, K. P. S. de et al. **Contabilidade ambiental: um estudo sobre a evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis das grandes empresas brasileiras**. **Revista Eletrônica de Administração** (Online), v. 11, n.1, edição 20, jan-jun 2012. Disponível em: <http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/real/article/viewFile/494/468> Acesso em ago 2016.

LEONARDO, V. S. **A contabilidade e o meio ambiente: uma visão das indústrias químicas certificadas pela ISO 14000**. Dissertação de mestrado em engenharia de produção do Programa de Pós graduação da Universidade Federal de Santa Catarina , 2001.

MAMEDE, E. S. **Evidenciação contábil: usuários não especialistas**. Dissertação (mestre em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio de Janeiro,1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

MARQUES, P. R. V. **A reestruturação industrial e a questão ambiental: estudo de caso em uma empresa de médio porte**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Araraquara: Centro Universitário, 2005.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia M. M. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXIII, nº 86. 1994.

MELO Marciano Almeida. **O desenvolvimento industrial e o impacto no meio ambiente**. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MENDES, F. B. **A contabilidade ambiental: conceito e concepções metodológicas**. Dissertação de mestrado em Contabilidade do Programa de Pós graduação em Economia, Administração e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

MILARÉ, É.. Direito do Ambiente – Doutrina, Jurisprudência e Glossário, 3a ed. revista, atualizada e ampliada, São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2004. 1024p.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORAN, J.M. **A Educação a Distância como Opção Estratégica**. 2011. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/estrategica.pdf

MOROSINE, Maria de Fátima Moraes.; Curso - **Gestão e Controle Ambiental**, João Pessoa: ABES, 2005. 84p.

MOTA, José Aroudo. **Valoração de ativos ambientais como subsídio à decisão pública**. Brasília, 2000. 225 f. Tese de Doutorado (Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS), Universidade de Brasília - UnB, Brasília. 2000.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social**. ed.7. Petrólis, RJ: Vozes, 2010

MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. **Economia ambiental: gestão de custos e investimentos**. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

MUNCK, L.; SOUZA, R. B. de. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável **REBRAE. Revista Brasileira de Estratégia**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 185-202, maio/ago. 2009.

OLIVEIRA, E. C.,M. de. A gestão do ensino de contabilidade- Trajetória. **ReFAE-Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v.1, n.2, p.21-28, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Nosso futuro comum**. Relatório de Brundtland. Genebra: ONU, 1988.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura**. 6ªed. São Paulo: Brasiliense, 2009.(Co leção Primeiros Passos).

PEREIRA, J. P. R. **Contabilidade ambiental no curso de ciências contábeis: estudo de caso**. Dissertação de mestrado profissional e gestão social, educação e desenvolvimento regional da Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus/ES, 2015.96f.

PINTO, A. Laurino; RIBEIRO, M. de Souza. **O balanço social como instrumento de evidenciação de responsabilidade social:Um estudo no estado de Santa Catarina**.2008.Disponívelem: <http://www.unematnet.br/prof/foto_p_downloads/o_balanco_social.pdf> . Acesso em: 01 Nov 2016.

PHILIPPI Jr, A.; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.

PFISTER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da Contabilidade e Contabilidade Ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico**. 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004.

QUINTAS, J. S. **Curso de Formação do Analista Ambiental: Concepção Pedagógica**. Brasília: Edições IBAMA, 2002 (Série Meio Ambiental em Debate 43).

RODRIGUES, D. S.; SANTOS, N. de A.; SANTANA, M. S. Crescimento ou Retração: que tendências os Indicadores de oferta de vagas, matrículas e concluintes dos cursos de Ciências Contábeis brasileiros expõem. **XI Congresso Iniciação Científica em contabilidade**. USP 21 a 23/7/2014. Disponível em : <http://www.congresso USP.fipecafi.org/anais/artigos142014/509.pdf> . Acesso em março de 2017.

ROSA, S. Fabrícia; LUNKES, J. Rogério. **Revolução verde: a gestão ambiental auxiliando a transformar o fantasma da poluição ineficiente em vantagem competitiva**. IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, SC, Brasil; 2005.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade e meio ambiente**. Dissertação de mestrado em contabilidade. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1992.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, H. Saúde Pública e Meio Ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n. 1, jan./abr. 2004.

RIBEIRO, M. de S.; GRATÃO, A. D. **Custos ambientais** - o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 7, 2000, Recife. Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos. Recife: PE, 2000.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v.31, n.2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental, São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA FILHO, José Alencar. **Gestão Ambiental Municipal: O caso da Prefeitura Municipal de Porto Alegre**. UFRGS, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SILVA, G. M. dos S. da S.; ROSA, F. S. da. O curso de ciências Contábeis no Brasil: Um estudo sobre as políticas públicas de Ensino Superior e seu reflexo na Oferta e na Demanda no período de 2001 a 2013. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 6, n. 2, p. 94-111, maio/ago., 2016.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia e FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa [online]. 2005, vol.31, n.2, pp. 285-299. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf> Acesso em out de 2017.

SUSTAINABILITY. **About sustainability**. London, 2008. Disponível em: <<http://www.sustainability.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

TEIXEIRA, F. M. P. **Revolução industrial**. Ed.12. São Paulo: Ática, 2004. Coleção O Cotidiano da História.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabete Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ. UNOPAR. **Guia de percurso do curso de ciências contábeis**. 2013.

VEIGA, José Élide. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WIEL, Pierre. **A arte de viver em paz**: por uma nova consciência, por uma nova educação. São Paulo, Genebra: Gente, Unesco, 2002.

Anexo A – Modelo de Balanço Social Anual

Balanço Social Anual / 20XX		20XX		20XX-1	
		Valor (mil reais)		Valor (mil reais)	
1. Base de cálculo					
Receita líquida (RL)					
Resultado operacional (RO)					
Folha de pagamento bruta (FPB)					
2. Indicadores sociais internos		Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB
Alimentação					
Encargos sociais compulsórios					
Previdência privada					
Saúde					
Segurança e saúde no trabalho					
Educação					
Cultura					
Capacitação e desenvolvimento profissional					
Creches ou auxílio-creche					
Participação nos lucros ou resultados					
Outros					
Total - Indicadores sociais internos					
3. Indicadores sociais externos		Valor (mil R\$)	% Sobre RO	Valor (mil R\$)	% Sobre RO
Educação					
Cultura					
Saúde e saneamento					
Esporte					
Combate à fome e segurança alimentar					
Outros					
Total das contribuições para a sociedade					
Tributos (excluídos encargos sociais)					
Total - Indicadores sociais externos					
4. Indicadores ambientais		Valor (mil R\$)	% Sobre RO	Valor (mil R\$)	% Sobre RO
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa					
Investimentos em programas e/ou projetos externos					
Total dos investimentos em meio ambiente					
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5. Indicadores do corpo funcional					
Nº de empregados(as) ao final do período					
Nº de admissões durante o período					
Nº de empregados(as) terceirizados(as)					
Nº de estagiários(as)					
Nº de empregados(as) acima de 45 anos					
Nº de mulheres que trabalham na empresa					
% de cargos de chefia ocupados por mulheres					
Nº de negros(as) que trabalham na empresa					
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)					
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais					
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		20XX		Metas 20XX+1	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa					
Número total de acidentes de trabalho					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) + Cipa
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) + Cipa <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar a seguir a OIT
A previdência privada contempla:		<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)
A participação nos lucros ou resultados contempla:		<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregado(s)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados <input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	no Procon	na empresa	no Procon
% de reclamações e críticas solucionadas:		na empresa	no Procon	na empresa	no Procon
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 20XX:		Em 20XX-1:	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		% governo		% governo	
		% colaboradores(as)		% colaboradores(as)	
		% acionistas		% acionistas	
		% terceiros		% terceiros	
		% retido		% retido	
7. Outras Informações					

Apoio:



Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa. Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa.
Publicação	Este BS deve ser apresentado com o complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários.
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRICÇÕES: o Selo Balanço Social Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro, armas de fogo/munições e bebidas alcoólicas. O Ibase não concede, suspende e/ou retira o Selo Balanço Social Ibase/Betinho conforme critérios estabelecidos no site www.balancosocial.org.br
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais.
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais.
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as).
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes.
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentado(s/as).
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes).
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as).
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as).
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários.
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados.
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados. Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente.
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais.
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa.
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral.
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI).
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS).
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor.
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano.
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000).
Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br
7. Outras informações	
	Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Declarações para as empresas que solicitaram o Selo Balanço Social Ibase/Betinho.

ANEXO B - Matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis da FASB

1º Período					
Disciplinas/Área de Estudos		Módulo Aula	Aulas Semanais	Carga Horária	Créditos
CIC 1001	Contabilidade Geral	60	4	72	72
CIC 1002	Matemática	60	4	72	72
CIC 1003	Metodologia Científica	60	4	72	72
CIC 1004	Comunicação Empresarial	60	4	72	72
CIC 1005	Teoria da Contabilidade (SP)*	60	2	36	36
Total Semestre				324	324

2º Período					
Disciplinas/Área de Estudos		Módulo Aula	Aulas Semanais	Carga Horária	Créditos
CIC 2001	Contabilidade Comercial	60	4	72	72
CIC 2002	Introdução ao Direito Público	60	4	72	72
CIC 2003	Informática	60	2	36	36
CIC 2004	Administração	60	4	72	72
CIC 2005	Psicologia (SP)*	60	4	72	72
Total Semestre				324	324

3º Período					
Disciplinas/Área de Estudos		Módulo Aula	Aulas Semanais	Carga Horária	Créditos
CIC 3001	Contabilidade Empresarial	60	4	72	72
CIC 3002	Direito Trabalhista e Previdenciário	60	4	72	72
CIC 3003	Matemática Financeira	60	4	72	72
CIC 3004	Sociologia (SP)*	60	2	36	36
CIC 3005	Teologia e Ética	60	2	36	36
CIC 3006	Organização, Sistemas e Métodos	60	2	36	36
Total Semestre				324	324

4º Período					
Disciplinas/Área de Estudos		Módulo Aula	Aulas Semanais	Carga Horária	Créditos
CIC 4001	Economia	60	4	72	72
CIC 4002	Análise de Custo I	60	4	72	72
CIC 4003	Prática Contábil I	60	4	72	72
CIC 4004	Estatística	60	4	72	72
CIC 4005	Contabilidade de Agronegócio	60	4	72	72
Total Semestre				360	360

5º Período					
Disciplinas/Área de Estudos		Módulo Aula	Aulas Semanais	Carga Horária	Créditos
CIC 5001	Análise de Demonstrações Financeiras I	60	4	72	72
CIC 5002	Análise de Custo II	60	4	72	72
CIC 5003	Prática Contábil II	60	4	72	72

CIC 5004	Fundamentos do Direito Tributário	60	4	72	72
CIC 5005	Contabilidade de Entidades do Terceiro Setor (SP)*	60	4	72	72
Total Semestre				360	360

6º Período					
Disciplinas/Área de Estudos		Módulo Aula	Aulas Semanais	Carga Horária	Créditos
CIC 6001	Análise de Demonstrações Financeiras I	60	4	72	72
CIC 6002	Contabilidade e Orçamento Público	60	4	72	72
CIC 6003	Contabilidade Tributária	60	4	72	72
CIC 6004	Contabilidade Gerencial	60	4	72	72
CIC 6005	Legislação e Societária (SP)*	60	4	72	72
Total Semestre				360	360

7º Período					
Disciplinas/Área de Estudos		Módulo Aula	Aulas Semanais	Carga Horária	Créditos
CIC 7001	Controladoria	60	4	72	72
CIC 7002	Auditoria	60	4	72	72
CIC 7003	Administração Financeira	60	4	72	72
CIC 7004	Contabilidade Social (SP)*	60	4	72	72
CIC 7005	Trabalho Conclusão de Curso I (TCCI)	60	2	36	36
CIC 7006	Estágio Supervisionado I	60	8	150	150
Total Semestre				474	474

8º Período					
Disciplinas/Área de Estudos		Módulo Aula	Aulas Semanais	Carga Horária	Créditos
CIC 8001	Tópicos Especiais de Contabilidade (SP)*	60	4	72	72
CIC 8002	Orçamento Empresarial	60	4	72	72
CIC 8003	Contabilidade Avançada	60	4	72	72
CIC 8004	Perícia Contábil	60	4	72	72
CIC 8005	Trabalho Conclusão de Curso II(TCCII)	60	2	36	36
CIC 8006	Estágio Supervisionado II	60	8	150	150
Total Semestre				474	474
Total de horas das disciplinas				3.000	3.000

Fonte: Projeto Político de Curso (2013, p.36-37)

ANEXO C - Matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNOPAR

1º Semestre	
Disciplina/Área de Estudos	Carga Horária
Educação a distância	20
Introdução à contabilidade	120
Fundamentos da Administração e da Economia	120
Homem, cultura e sociedade	60
Seminário I	20
Compreensão e Raciocínio – ACQ	10
CARGA HORÁRIA TOTAL	350
2º Semestre	
Disciplina/Área de Estudos	Carga Horária
Noções de Direito	60
Contabilidade Geral	120
Comportamento organizacional	60
Metodologia científica	60
Seminário II	60
Compreensão e Raciocínio – ACQ	10
CARGA HORÁRIA TOTAL	370
3º Semestre	
Disciplina/Área de Estudos	Carga Horária
Teoria Contábil e legislação profissional	60
Contabilidade Geral	120
Matemática Financeira	120
Seminário III	60
Compreensão e Raciocínio	10
CARGA HORÁRIA TOTAL	370
4º Semestre	
Disciplina/Área de Estudos	Carga Horária
Administração e Orçamento empresarial	120
Métodos Quantitativos	60
Direito Empresário e Tributário	60
Estrutura das demonstrações contábeis	60
Seminário IV	60
Compreensão e Raciocínio – ACQ	10
CARGA HORÁRIA TOTAL	370
5º Semestre	
Disciplina/Área de Estudos	Carga Horária
Contabilidade de custos industriais	120
Contabilidade gerencial	120
Sistema de informação	60
Seminário IV	60

CARGA HORÁRIA TOTAL	360
6º Semestre	
Disciplina/Área de Estudos	Carga Horária
Contabilidade de áreas diversas	120
Contabilidade Setor Público	120
Contabilidade social e ambiental	60
Seminário VI	60
CARGA HORÁRIA TOTAL	360
7º Semestre	
Disciplina/Área de Estudos	Carga Horária
Perícia, auditoria e atuária	120
Controladoria	120
Planejamento Tributário	60
Seminário VII	60
Estágio Curricular Obrigatório	160
CARGA HORÁRIA TOTAL	520
8º Semestre	
Disciplina/Área de Estudos	Carga Horária
Análise das demonstrações contábeis	120
Tópicos especiais em contabilidade	120
Contabilidade Avançada	60
Planejamento Tributário	60
CARGA HORÁRIA TOTAL	360
QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGA HORÁRIA	
Atividade Acadêmicas	2.860
Estágio Curricular Obrigatório	160
Compreensão e Raciocínio	40
Atividade Complementares Obrigatórias – ACQ	110
TOTAL DO CURSO	3.170



APÊNDICE A - Questionário aplicado aos Professores e Tutores do Curso de Ciências Contábeis da FASB e UNOPAR na Cidade de Teixeira de Freitas – BA.

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma pesquisa de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade do Vale do Cricaré. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (Pesquisa de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual. O questionário é anónimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigado pela sua colaboração.

Parte I

Idade : _____

Sexo: Feminino Masculino

Formação:

1) Formação académica: _____ Ano de Conclusão: _____

2) Formação Complementar: Especialização
 Mestrado
 Doutoramento

3) Ano de Conclusão da formação complementar: _____

4) Instituição em que trabalha: _____

5) Carga Horaria em sala de aula: _____

6) Disciplinas ministradas no curso: _____

7) Trabalha em outra escola? Sim Não

Qual carga horaria em sala de aula: _____

Quais disciplinas: _____

8) Outra informação que considere importante: _____

Parte II

1) De acordo com a Lei 9795 de 27 de abril de 1999 tornou-se obrigatório o ensino da educação ambiental em todos os níveis de ensino. Para você qual a importância dessa exigência?

2) Diante da exigência da Lei 9795 a IES que você trabalha já se preocupou em oferecer ou facilitar curso na área de educação ambiental voltada para os professores?

Sim Não

De que forma?

3) Qual sua sugestão para adequar o PPC diante da necessidade de aplicar a educação ambiental transversalmente no curso, independente da disciplina específica Contabilidade ambiental.

4) Na sua graduação você teve a disciplina Contabilidade Ambiental?

Sim Não

Se sim, com que importância ela foi ministrada. (Disciplina obrigatória, optativa, semipresencial etc.)

5) Você acha que a disciplina Contabilidade ambiental forma profissionais aptos a atuar na área diante da atual exigência de mercado, ou é necessário um curso de especialização para tal?



APÊNDICE B - Questionário aplicado aos Professores De Áreas a fins do Curso de Ciências Contábeis da FASB na Cidade de Teixeira de Freitas – BA.

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade do Vale do Cricaré. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (tese de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual. O questionário é anónimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigado pela sua colaboração.

Parte I

Idade : _____

Sexo: Feminino Masculino

Formação:

1) Formação académica: _____ Ano de Conclusão: _____

2) Formação Complementar: Especialização
 Mestrado
 Doutoramento

3) Ano de Conclusão da formação complementar: _____

4) Instituição em que trabalha: _____

5) Carga Horaria em sala de aula: _____

6) Disciplinas ministradas no curso: _____

7) Trabalha em outra escola? Sim Não

Qual carga horaria em sala de aula: _____

Quais disciplinas: _____

8) Outra informação que considere importante: _____

Parte II

1) De acordo com a Lei 9795 de 27 de abril de 1999 tornou-se obrigatório o ensino da educação ambiental em todos os níveis de ensino. Para você qual a importância dessa exigência?

2) Diante da exigência da Lei 9795 a IES que você trabalha já se preocupou em oferecer ou facilitar curso na área de educação ambiental voltada para os professores?

Sim Não

De que forma?

3) Qual sua sugestão para adequar o PPC diante da necessidade de aplicar a educação ambiental transversalmente no curso, independente da disciplina específica Contabilidade ambiental.
